

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) DANIEL DE CAMPOS LUTERMAN

**A CHINA EM BUSCA DE PODER:**  
os interesses chineses em Angola no início do século XXI

Rio de Janeiro

2020

CC (FN) DANIEL DE CAMPOS LUTERMAN

A CHINA EM BUSCA DE PODER:  
os interesses chineses em Angola no início do século XXI

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CC Diego Canat Janeiro Fernandes

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2020

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, inicialmente, à minha família, por ter contribuído, desde minha tenra infância, com a minha formação intelectual e de caráter.

À minha esposa, por estar sempre ao meu lado, seja nos momentos prazerosos, seja nos momentos de dificuldade, sendo, em qualquer ocasião, fonte de apoio e de incentivo.

Às minhas filhas, Elisa e Isabela, por suportarem as minhas ausências e pelos sorrisos e abraços amorosos que sempre me motivam a ir em frente.

Ao meu orientador, CC Diego Canat Janeiro Fernandes, que, com sua serenidade e camaradagem, aconselhou-me durante a realização deste trabalho.

Aos amigos CC (FN) Eduardo Oliveira de Carvalho e CC (IM) Mário Roberto do Nascimento Bessa, pela contribuição na elaboração e revisão desta dissertação e, principalmente, pelo companheirismo durante todo o curso.

Aos instrutores e oficiais-alunos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores 2020, por compartilharem seus conhecimentos e pelo companheirismo durante esta jornada.

## RESUMO

O progresso econômico da República Popular da China, observado na transição dos séculos, impulsionou o país para além de seu território e contribuiu para a alteração de sua política internacional, no sentido de buscar uma maior projeção no cenário externo. Sendo assim, o continente africano e, especificamente, a República de Angola despontaram como regiões de interesse para os chineses. Em face desse cenário, o propósito desta pesquisa é analisar, à luz da teoria sobre a utilização da política internacional pelos Estados, o relacionamento sino-angolano no início do século XXI, verificando como ocorre sua inserção na política de expansão de poder pelos chineses. Para tanto, destacam-se os principais acontecimentos que marcaram o relacionamento entre os dois países no período, a fim de responder à questão sobre se a estratégia política e econômica da República Popular da China em Angola constituiu-se de um instrumento da sua política internacional para incrementar seu poder. Para alcançar esse objetivo, estabeleceu-se como desenho da pesquisa o confronto da teoria com a realidade, utilizando-se como fundamentação a teoria realista de Hans Morgenthau. Assim, foi possível constatar que a política internacional da China em Angola representou um exemplo de como o país buscou alterar as relações de poder mundiais. Dessa maneira, como resultado do estudo, concluiu-se que houve aderência à teoria utilizada.

**Palavras-chave:** República Popular da China. República de Angola. Política Internacional. Poder.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Nova Rota da Seda.....	58
Figura 2 - Ferrovia de Benguela.....	62
Figura 3 - "Segundo Cinturão" da BRI.....	63
Gráfico 1 - A evolução do PIB chinês, em bilhões de dólares (1978-2017).....	56
Gráfico 2 - A evolução da Balança Comercial China-África (2002-2017) .....	57
Gráfico 3 - Participação da China nas exportações de petróleo angolanas (2000-2016) .....	60
Gráfico 4 - Evolução das reservas provadas de petróleo angolanas (2002-2011).....	61
Gráfico 5 - Principais obstáculos para compreensão mútua, segundo os angolanos (2016)....	64
Gráfico 6 - Receptividade dos angolanos à cultura chinesa (2016) .....	65
Gráfico 7 - Principais interesses dos angolanos na cultura chinesa (2016).....	66
Gráfico 8 - Avaliação da presença chinesa em Angola, segundo os angolanos (2016).....	67

## LISTA DE TABELAS

- 1 - Setores financiados pela linha de crédito concedida pelo *Eximbank* a Angola, em 2004 .....59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRI -	<i>Belt and Road Initiative</i>
CCAC -	Câmara do Comércio Angola-China
CSNU -	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA -	Estados Unidos da América
<i>Eximbank</i> -	Banco de Exportação e Importação da China
FA -	Forças Armadas
FMI -	Fundo Monetário Internacional
FNLA -	Frente Nacional de Libertação de Angola
FOCAC -	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>
LIBOR -	<i>London Inter-bank Offered Rate</i>
MPLA -	Movimento Popular de Libertação de Angola
OBOR -	<i>One Belt, One Road</i>
OMC -	Organização Mundial do Comércio
ONGC -	<i>Oil and Natural Gas Corporation</i>
ONU -	Organização das Nações Unidas
PIB -	Produto Interno Bruto
RC -	República da China
RPC -	República Popular da China
RU -	Reino Unido
SINOPEC -	<i>China Petrochemical Corporation</i>
SONANGOL -	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
SSI -	<i>Sinopec-Sonangol International</i>
TanZam -	Ferrovias Tanzânia-Zâmbia

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2</b>	<b>A POLÍTICA INTERNACIONAL SEGUNDO MORGENTHAU</b> .....	12
2.1	PODER POLÍTICO COMO MEIO DE ALCANÇAR OS OBJETIVOS DA NAÇÃO.....	13
2.2	A POLÍTICA DO <i>STATUS QUO</i> .....	15
2.3	A POLÍTICA DO IMPERIALISMO.....	17
2.3.1	Estímulos ao imperialismo .....	17
2.3.2	Objetivos do imperialismo .....	18
2.3.3	Métodos do imperialismo .....	19
2.4	A POLÍTICA DE PRESTÍGIO.....	21
<b>3</b>	<b>AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E ÁFRICA</b> .....	24
3.1	O INÍCIO DO RELACIONAMENTO SINO-AFRICANO .....	24
3.2	A PARCERIA ESTRATÉGICA CONTEMPORÂNEA ENTRE CHINA E ÁFRICA .....	26
<b>4</b>	<b>AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E ANGOLA NO SÉCULO XXI</b> .....	30
4.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	30
4.2	A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS .....	32
4.3	A COOPERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE CHINA E ANGOLA.....	34
4.3.1	O petróleo angolano.....	35
4.3.2	Os investimentos chineses .....	37
4.4	A INFLUÊNCIA DA CULTURA SÍNICA EM ANGOLA.....	40
<b>5</b>	<b>A POLÍTICA CHINESA EM ANGOLA E A TEORIA DE MORGENTHAU</b> .....	43
5.1	A TRANSFORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA .....	43
5.2	A REPUTAÇÃO DA CHINA .....	45
5.3	A CHINA RUMO A ANGOLA.....	46
5.4	A CHINA EM BUSCA DE DOMÍNIO.....	48
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	50
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53
	<b>ANEXOS</b> .....	56

## 1 INTRODUÇÃO

No final do século XX, a economia da República Popular da China (RPC) passou a apresentar um crescimento extraordinário. Apesar desse crescimento, o país já contava com uma enorme população que, cada vez mais, carecia de insumos e oportunidades de emprego, a fim de manter seu padrão de vida.

Dessa forma, progressivamente, a China se voltou para o exterior, com o intuito de assegurar suas fontes de recursos naturais e, do mesmo modo, criar novas oportunidades para seus cidadãos. Assim, Pequim começou a estabelecer relações, não só no seu entorno estratégico, mas também em lugares remotos que poderiam vir a suprir suas necessidades e, conseqüentemente, sustentar seu desenvolvimento.

É nesse contexto que os chineses foram impelidos para o continente africano. Possuidores de abundantes riquezas naturais essenciais para a RPC, todavia débeis política e economicamente, os países da África surgiram como um campo fértil para a expansão chinesa. No mesmo sentido, a República de Angola, detentora de uma das maiores reservas de petróleo da África Subsaariana e fragilizada por anos de conflitos internos, despertou o interesse sínico no início do século XXI.

Outrossim, diferentemente dos Estados Unidos da América (EUA), a RPC adotou uma abordagem expansionista desprovida de temas ideológicos e que não se importou com questões internas afetas aos países com os quais se relacionava. Tal fato levou uma parcela considerável de autores a associarem a política chinesa ao emprego do *Soft Power*<sup>1</sup>.

Não obstante, os aspectos mencionados levaram a China a entrar em rota de colisão com os interesses estadunidenses e sua forma missionária de relacionamento, fazendo com que

---

<sup>1</sup> Termo cunhado por Joseph Nye (1937-), em sua obra *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (2004), que descreve o uso da política e dos valores de um Estado como forma de atrair os demais (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

suas políticas internacionais fossem consideradas uma maneira de o país alterar o equilíbrio de poder global.

Em razão disso, a proposta de abordagem do presente trabalho se distancia da que comumente encontramos na literatura que versa sobre a política internacional chinesa contemporânea, focada no *Soft Power*. Sendo assim, utilizaremos os pressupostos da teoria realista clássica<sup>2</sup> de Hans Joachim Morgenthau (1904-1980), que trata sobre a política internacional dos Estados como um meio de luta pelo poder.

Tendo em vista esse cenário, este trabalho, cujo título é “A China em busca de poder: os interesses chineses em Angola no início do século XXI”, tem como propósito analisar a política internacional da China em Angola, no século atual, a fim de verificar a sua aderência à teoria realista clássica de Morgenthau, constatando como ocorre sua inserção na política expansionista chinesa. Dessa maneira, responderemos à seguinte questão: a estratégia política e econômica da RPC na República de Angola, no século XXI, está de acordo com a teoria realista de Morgenthau no que se refere ao uso da política internacional na busca de poder pelos países? Assim, para respondermos essa questão, utilizaremos como desenho de pesquisa a comparação da teoria com a realidade. De modo a delimitar a abrangência deste estudo, daremos ênfase ao período compreendido entre os anos de 2002 e 2017, haja vista coincidirem com marcos importantes para o relacionamento de ambos os países, conforme veremos ao longo deste trabalho.

Ademais, para alcançarmos o propósito estabelecido, estruturamos esta pesquisa em seis capítulos, incluindo a presente introdução. Assim, no segundo capítulo, analisaremos a fundamentação teórica na qual nos baseamos, abordando os conceitos de Morgenthau que tratam sobre o emprego da política internacional pelos Estados.

---

<sup>2</sup> Teoria de relações internacionais que considera que os Estados agem em busca de seu interesse nacional, definido em termos de poder, que é entendido como a posse de recursos materiais necessários para coagir ou infringir danos a outros países. Tal teoria considera que o sistema internacional é anárquico, ou seja, não há uma autoridade superior aos Estados (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

Já no terceiro capítulo, será apresentado como se sucedeu o relacionamento sino-africano no início deste século, além de realizarmos uma breve exposição dos antecedentes dessa relação, uma vez que consideramos de grande relevância contextualizarmos qual foi a política geral da China na África. Dessa forma, em continuação, o quarto capítulo abordará especificamente a política internacional chinesa em Angola, identificando os principais aspectos que nos ajudarão a realizar a confrontação entre a realidade e a teoria que será exposta no capítulo dois.

Assim sendo, o quinto capítulo será dedicado a verificarmos a correlação do modelo teórico apresentado com o relacionamento entre China e Angola. Nesse capítulo, o objetivo será, portanto, identificarmos como se deu a inserção da política internacional da China em Angola e se ela seguiu os preceitos da teoria escolhida como referencial.

Por fim, no sexto capítulo, apresentaremos uma conclusão, que levará em consideração a argumentação exposta nos capítulos precedentes. Com isso, pretendemos responder à questão do nosso estudo relacionada à aderência, ou não, da realidade à teoria.

## 2 A POLÍTICA INTERNACIONAL SEGUNDO MORGENTHAU

Neste capítulo, apresentaremos a fundamentação teórica do presente trabalho, abordando as políticas internacionais utilizadas pelos Estados, sob a ótica da teoria realista clássica de Morgenthau, pensador alemão de família judaica, naturalizado estadunidense. De acordo com Mingst e Arreguín-Toft (2014), o livro-texto de Morgenthau sobre relações internacionais, intitulado *A Política entre as Nações* (1948), tornou-se a referência dos realistas durante todo o período de Guerra Fria (1947-1989)<sup>3</sup> e até hoje conserva sua importância.

A origem da teoria realista clássica ocorreu com o historiador da Grécia antiga Tucídides (460-400 a.C.) em sua obra *História da Guerra do Peloponeso*<sup>4</sup>. Ao longo do tempo, foi complementada por diversos filósofos, tais como o cristão Santo Agostinho (354-430), o italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527) e o inglês Thomas Hobbes (1588-1679), que formularam as premissas e conceitos básicos do realismo. Já Morgenthau desenvolveu parte de sua análise situando o realismo na política internacional e afirmando que tal política se constitui, basicamente, em uma disputa de poder<sup>5</sup> entre os Estados.

Nesse tocante, dividimos este capítulo em quatro seções, sendo a primeira destinada a discorrer a respeito de como o poder político contribui para que uma nação<sup>6</sup> atinja seus objetivos. Nas demais seções, abordaremos, em cada uma delas separadamente, as três políticas internacionais típicas dos países: as que buscam conservar o poder, as que desejam aumentá-lo

<sup>3</sup> Período histórico de tensão e disputa global extremas e generalizadas entre as duas potências hegemônicas da época, os EUA e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ainda que sem conflito militar direto (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

<sup>4</sup> Obra que narra a história da Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), disputada entre a Liga do Peloponeso (liderada por Esparta) e a Liga de Delos (liderada por Atenas), nos tempos da Grécia antiga. Sua escrita foi interrompida pelo falecimento de Tucídides.

<sup>5</sup> Controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens (MORGENTHAU, 2003).

<sup>6</sup> Denominação de um povo – agrupamento humano com cultura semelhante que, por isso, desenvolve fortes laços de interação entre seus indivíduos – que se fixa em uma determinada área geográfica e possui um grau de organização político-administrativa mínimo (DIAS, 2013). Utilizada nesse trabalho sob o ponto de vista do conceito de Estado-nação, no qual a nação se confunde com o Estado.

e as que têm por fim demonstrá-lo. Tais políticas correspondem, respectivamente, à política do *status quo*<sup>7</sup>, à política de imperialismo e à política de prestígio.

## 2.1 PODER POLÍTICO COMO MEIO DE ALCANÇAR OS OBJETIVOS DA NAÇÃO

Nesta seção, iniciaremos a fundamentação de nossa pesquisa partindo da conceituação do poder político, o que servirá como alicerce de todo o desenvolvimento de nosso trabalho. Com base nisso, discorreremos sobre o que vem a ser a política internacional e a importância da correta identificação da natureza das atividades dessa política.

Há diferentes formas de conceituarmos a expressão “poder político”. Segundo Dias (2013), tal poder está relacionado à competência que determinada pessoa ou grupo possui em realizar, ou determinar que se realize, uma ação que afeta aos demais, mesmo contra sua vontade, podendo se valer do uso da força para isso, caso seja necessário. É um poder supremo a todos os outros. Por sua vez, Morgenthau (2003)<sup>8</sup> entende que o poder político consiste nas relações de controle entre os detentores da autoridade pública e entre eles e o povo. Tais relações podem ocorrer pela expectativa de benefícios, pelo receio de desvantagens ou pelo respeito por indivíduos ou instituições.

Em virtude do que foi mencionado, podemos verificar que não existe uma diferença substancial entre as duas definições apresentadas, mas sim uma complementariedade que nos ajuda a compreender de melhor forma o que diz Morgenthau. A partir da conceituação do poder político, entendemos em que contexto se insere a política internacional, que, como toda a

<sup>7</sup> Expressão derivada da locução latina *status quo ante bellum*, que abrange as cláusulas dos tratados de paz que estabelecem o retorno à situação de soberania entre os Estados aos moldes do período anterior às hostilidades (MORGENTHAU, 2003).

<sup>8</sup> Original publicado em 1948.

política, trata-se de uma luta pelo poder, nesse caso, entre Estados soberanos. Morgenthau (2003) amplia essa noção, ao afirmar que o poder se constitui como objetivo imediato da política internacional, não importando quais sejam os fins dessa política.

Destarte, podemos concluir que mesmo quando os Estados formulam uma política internacional que tenha como objetivo, por exemplo, seu desenvolvimento e sua prosperidade econômica, para alcançar esses ou quaisquer outros fins deverão, antes de tudo, controlar as ações ou as mentes de terceiros. No entanto, o próprio Morgenthau (2003) salienta que nem todas as ações que um país desenvolve em relação a outros objetivam o poder. Nas palavras do próprio autor:

Portanto, sempre que em matéria de questões internacionais estiverem em discussão políticas econômicas, financeiras, territoriais ou militares, será necessário distinguir entre, digamos, políticas econômicas que são adotadas por seu próprio mérito e políticas econômicas que constituem parte dos instrumentos de uma orientação política – isto é, uma política cujo propósito econômico não passa de um meio para a finalidade de controlar as políticas de outra nação. Enquadra-se no primeiro caso a política suíça de exportações com respeito aos EUA. As políticas econômicas da União Soviética relacionadas com as nações da Europa Oriental situam-se na segunda. E o mesmo se aplica a muitas das políticas econômicas dos EUA voltadas para a América Latina, Ásia e Europa. Essa distinção apresenta uma grande importância de natureza prática, e o esquecimento da mesma já se tem prestado a criar muitas confusões na política e na opinião pública (MORGENTHAU, 2003, p. 58).

Isto é, muitas das ações que uma nação realiza não afetam seu poder, tais como certas atividades econômicas, humanitárias, culturais e legais, sendo a política internacional apenas uma das formas com que uma nação pode participar do cenário internacional.

Dessa forma, concluímos que é de extrema importância que consigamos reconhecer se determinada atividade exercida por um Estado faz parte de sua política internacional e, por conseguinte, se tem a finalidade de alterar sua capacidade de domínio em relação a outra nação. Isso se dá porque, se tal reconhecimento for realizado de forma equivocada, podemos prejudicar nossa análise sobre os reais interesses de um país em suas relações internacionais.

## 2.2 A POLÍTICA DO *STATUS QUO*

Após verificarmos o inter-relacionamento da política externa de uma nação com seus objetivos, propomo-nos a detalhar, nesta seção, a política do *status quo*. Segundo Morgenthau (2003), tal política visa à manutenção da distribuição do poder que existe em um dado momento histórico. Esse momento é o ponto de referência dessa política e corresponde, normalmente, ao fim de uma guerra, ocasião em que um tratado de paz em geral determina a distribuição de poder. Isso se deve ao fato de que tais tratados têm como função precípua a formulação das bases legais para a mudança da situação de poder decorrente da vitória ou derrota em uma guerra recém-terminada.

Desse modo, uma política de *status quo* aparece como a defesa de um acordo de paz que tenha concluído a última guerra generalizada. Foi o que aconteceu ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na qual o Tratado de Versalhes (1919)<sup>9</sup> estabeleceu uma nova distribuição de poder. Nesse contexto, a Liga das Nações<sup>10</sup> serviu como um instrumento para a políticas de manutenção do *status quo* no pós-guerra. Em razão disso, quando o Japão, em 1932, a Alemanha, em 1933, e a Itália, em 1937, romperam relações com a Liga das Nações, o que de fato estava ocorrendo era uma manifestação contra o *status quo* estabelecido em Versalhes em 1919 (MORGENTHAU, 2003).

Todavia, a política do *status quo* não se evidencia somente em tratados de paz e nas organizações internacionais que os apoiam, dado que os tratados de aliança também têm a função de preservá-lo. Apesar disso, na Primeira Guerra Mundial, esses tratados contribuíram justamente para a conflagração do conflito, tendo em vista que cada aliança existente

<sup>9</sup> Tratado de paz assinado pelos participantes da Primeira Guerra Mundial que encerrou oficialmente o conflito (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

<sup>10</sup> Organização intergovernamental, criada após a Primeira Guerra Mundial, cuja finalidade era evitar as guerras futuras, mas que acabou se revelando ineficaz, em virtude de não possuir a legitimidade, o peso político e os instrumentos jurídicos necessários para desempenhar tal tarefa (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).



considerava que sua adversária pudesse estar com o intuito de alterar o *status quo* enquanto professava desejar mantê-lo (MORGENTHAU, 2003).

Por tudo isso, podemos verificar que a conceituação da política de *status quo* de Morgenthau se fundamenta sobremaneira nos tratados de paz que ocorrem após os conflitos e, em menor grau, nos tratados de aliança que usualmente os precedem. No entanto, ao contrário desses argumentos, o *status quo* atual, no qual prevalece a hegemonia dos EUA, não foi estabelecido por nenhum desses instrumentos, mas sim pelo final da Guerra Fria.

Ainda de acordo com Morgenthau (2003), a Doutrina Monroe (1823)<sup>11</sup> se tornou a manifestação da política de *status quo* mais importante para os EUA, ao fundamentar suas relações externas e estabelecer os dois princípios essenciais de qualquer política dessa natureza: o respeito à distribuição de poder prevalecente e a resistência a qualquer tentativa de mudança de tal distribuição.

Ademais, Morgenthau (2003) ressalta que a política de *status quo* não é necessariamente oposta a qualquer mudança, tendo, como já dito, o propósito de manter a distribuição do poder tal como ela existe em determinado momento da história. Dessa maneira, pequenos ajustes que não afetam tal distribuição são perfeitamente cabíveis, como o foi, por exemplo, a compra do território do Alasca pelos EUA em 1867, que não afetou as relações de poder existentes, à época, entre esse país e a Rússia.

Pelas ideias apresentadas, podemos concluir que o foco da política de *status quo* é a manutenção e o respeito à distribuição de poder existente. Por isso, a análise das ações dos Estados deve concentrar-se nesses dois aspectos, a fim de que possa corretamente identificar se uma determinada ação faz parte dessa política.

---

<sup>11</sup> Formulada pelo presidente estadunidense James Monroe (1758-1831), condenava a colonização e intervenção de qualquer potência não americana nesse continente (MORGENTHAU, 2003).

## 2.3 A POLÍTICA DO IMPERIALISMO

O imperialismo é uma política que visa à alteração das relações de poder entre duas ou mais nações, modificando, dessa forma, o *status quo*. Nesse sentido, como observamos na seção anterior, cabe-nos destacar que uma política que intencione acrescer o poder de uma nação não é necessariamente imperialista, visto que o *status quo* pode estar sendo mantido. Nesta seção, dividida em três partes, discorreremos sobre os estímulos, os objetivos e os métodos do imperialismo.

### 2.3.1 Estímulos ao imperialismo

Conforme o pensamento de Morgenthau (2003), são três os estímulos ao imperialismo: a guerra vitoriosa, a guerra perdida e a fraqueza. A política imperialista estimulada pela **guerra vitoriosa** é aquela na qual se busca substituir o *status quo* de antes da guerra por um *status quo* determinado após o conflito, alterando de forma perene as relações de poder entre a nação vitoriosa e a nação derrotada em favor da vencedora. Nessa situação, pouco importam os motivos que deram origem às hostilidades. Como já vimos, o Tratado de Versalhes e os demais pactos a ele associados seguiram esse tipo de política.

Contudo, caso o perdedor não seja destruído permanentemente, ou não tenha sido aliciado para a causa do vencedor, ele, em algum momento, irá desejar recuperar o que perdeu e, se possível, ganhar algo mais. Tal fato se constitui na chamada política incentivada pela **guerra perdida**. Foi o que ocorreu com o imperialismo germânico, no período de 1935 até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o qual tentou alterar o *status quo* estabelecido

pelo Tratado de Versalhes (MORGENTHAU, 2003).

Já a política estimulada pela **fraqueza** ocorre em razão das nações mais fortes serem estimuladas ao imperialismo devido à ausência de poder nos espaços politicamente não dominados e nos Estados mais fracos. Um exemplo histórico dessa política foi a transformação da federação dos estados norte-americanos em uma potência continental. Tal política representa, ainda hoje, uma ameaça potencial à parte das nações da Ásia e, principalmente, da África (MORGENTHAU, 2003).

Sendo assim, em razão de haver um sem-número de países que podem considerar uma das situações listadas por Morgenthau como estímulos ao imperialismo, somos levados a crer que o sistema internacional conta com uma parcela considerável de Estados nacionais que, se já não estão aplicando uma política imperialista, intencionam fazê-lo.

### 2.3.2 Objetivos do imperialismo

Morgenthau (2003) também nos apresenta três objetivos do imperialismo: o império mundial, o império continental e o domínio local. Uma política de **império mundial** visa ao domínio de todo o globo politicamente organizado. São seus grandes exemplos as políticas expansionistas de Napoleão Bonaparte (1769-1821) e de Adolf Hitler (1889-1945), tendo em vista que ambas buscaram a ampliação de seus Estados por todo o planeta e só não o fizeram por terem sido impedidas por uma força maior. Além disso, um império mundial não se satisfaz enquanto houver um grupo de homens politicamente organizado, em qualquer parte do mundo, que pelo simples fato de ser independente desafia sua cobiça. É justamente essa pretensão de conquista exacerbada que leva à derrocada dessa política.

Os objetivos políticos podem também se restringir a questões geográficas, tais

como as fronteiras físicas de um continente, ou permanecer dentro dos limites impostos pelo próprio Estado. As políticas internacionais que possuem esses objetivos são denominadas de **império continental** e de **domínio local**, respectivamente (MORGENTHAU, 2003).

Dessa maneira, podemos verificar que os objetivos de uma política imperialista estão relacionados ao grau de expansão que um Estado pretende alcançar. Além disso, novamente se torna essencial para as relações entre as nações a identificação dos objetivos concretos de uma política internacional empreendida por outros países, na medida em que uma avaliação incorreta pode acarretar uma alteração da distribuição de poder inesperada e indesejada. Nesse sentido, é interessante percebermos que uma política externa de domínio local que obtém sucesso pode evoluir para uma política de império mundial, caso não seja devidamente contida.

### 2.3.3 Métodos do imperialismo

Há de se fazer uma distinção das políticas imperialistas com relação aos métodos que empregam. Todavia, antes de prosseguirmos, devemos ter em mente que esses procedimentos não se confundem com os fins que perseguem tais políticas, visto que esse é o mesmo para todas: o dismantelamento do *status quo* em proveito da nação imperialista. Esse propósito pode ser alcançado por meio de instrumentos militares, econômicos e culturais, empregados isoladamente ou em conjunto (MORGENTHAU, 2003).

A conquista militar é a forma mais antiga e cruel de imperialismo. Sua grande vantagem traduz-se no fato de que as novas relações de poder que resultam de tal conquista só podem ser modificadas, comumente, após uma nova guerra provocada pelo Estado derrotado. Sem embargo, os conflitos trazem um certo grau de incerteza quanto ao seu sucesso, o que

representa a maior desvantagem do **imperialismo militar** (MORGENTHAU, 2003).

O **imperialismo econômico** é um meio mais recente, porém menos eficaz e invasivo, que o militar. As políticas desse tipo de imperialismo tentam mudar as relações de poder entre os Estados por intermédio do controle econômico. Dessa forma, uma nação que não consegue ou não quer conquistar um território pode consolidar seu poder sobre ele por meio do estabelecimento do domínio sobre seus governantes. Por ser um método indireto e discreto de obtenção e manutenção de poder de uma nação sobre a outra, pode ser utilizado por duas potências imperialistas rivais que competem pelo controle do mesmo governo (MORGENTHAU, 2003).

Com relação ao **imperialismo cultural**, Morgenthau (2003) expõe que seu propósito é dominar a mente dos homens, com o intuito de modificar as relações de poder entre os dois Estados. Para isso, vale-se do poder persuasivo de uma cultura superior ou de uma ideologia política mais cativante. Tal imperialismo é considerado mais sutil e bem-sucedido que os demais, embora, por si só, não tenha a capacidade de atingir seus fins, sendo mero coadjuvante que precede a conquista militar ou o domínio econômico.

Não obstante, a política de imperialismo militar, da mesma forma, não é suficiente para que se alcance o controle duradouro de uma nação, sem que ocorra simultaneamente o domínio dos meios econômicos ou das mentes dos povos conquistados. Cabe ressaltar, que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, os imperialismos econômico e cultural têm sobrepujado o militar nas políticas internacionais adotadas pelos governos (MORGENTHAU, 2003).

De acordo com Morgenthau (2003), tal fato ocorre em razão de o imperialismo militar em larga escala poder levar à destruição mútua de duas potências nucleares. Ainda, porque a desintegração dos impérios coloniais em um grande número de Estados fracos possibilita às potências imperialistas expandirem seu poder com a utilização de mecanismos

mais sutis, tais quais os econômicos e culturais.

Isso posto, concluímos que nenhum dos três métodos que um Estado possui para obter a alteração do *status quo*, com uma nova distribuição de poder que lhe seja favorável, surtirá efeito se empregado de forma isolada. Ademais, podemos verificar que o imperialismo econômico é o método que tem a maior tendência de ser utilizado hodiernamente. Isso decorre do fato de que o imperialismo militar não é mais amplamente empregado e por conta de o imperialismo cultural possuir um papel secundário em relação aos demais.

#### 2.4 A POLÍTICA DE PRESTÍGIO

Nesta última seção do capítulo, abordaremos o terceiro tipo básico de política internacional apresentado por Morgenthau. Veremos que, em contraste com as políticas de *status quo* e de imperialismo, a política de prestígio dificilmente se constitui como um fim em si mesmo, servindo apenas como ferramenta para que aquelas alcancem seus propósitos. Em razão disso, de acordo com Morgenthau (2003), por vezes, essa metodologia não é, de forma errônea, reconhecida como uma forma relevante do Estado atuar no cenário internacional.

De fato, a política de prestígio é um elemento intrínseco nas relações entre as nações, visto que, apenas em consequência de sua reputação de superioridade, os Estados conseguirão obter as parcelas de riqueza, segurança e poder que consideram que lhe são devidas. Desse modo, seu propósito é focado em persuadir outros países a crerem no poder que sua nação realmente possui, ou que ela acredita ou deseja que as demais pressuponham que ela detém (MORGENTHAU, 2003).

Segundo Morgenthau (2003), um dos instrumentos que servem a essa finalidade é o cerimonial diplomático empreendido pelos representantes dos países no estrangeiro, os

diplomatas. Tanto o respeito com que usualmente são tratados quanto o respeito que demonstram são, em realidade, creditados aos seus países. Ainda, tal cerimonial pode ser observado na forma como são conduzidos e no próprio local onde são realizados encontros e convenções internacionais. Nesse sentido, a igualdade de tratamento que as nações recebem significa igualdade de prestígio, ou seja, reputação de poder, como vimos na Conferência de Potsdam (1945)<sup>12</sup>:

[...] Churchill, Stalin e Truman não conseguiram chegar a um acordo sobre quem deveria entrar na sala da conferência em primeiro lugar; acabaram entrando simultaneamente, por portas diferentes. Esses três líderes políticos simbolizavam o poder respectivo de seus países. Em consequência, a precedência porventura concedida a qualquer um deles teria dado à sua nação um prestígio de superioridade sobre os outros dois, que estes não estavam dispostos a aceitar. Uma vez que invocavam igualdade de poder, eles se consideravam obrigados a respeitar o grau de prestígio em que aquela igualdade encontra a sua expressão simbólica (MORGENTHAU, 2003, p. 153).

No entanto, além das práticas diplomáticas, a política de prestígio do mesmo modo pode empregar a demonstração de força militar, já que elas servem para alvitrar o poderio de uma nação sobre as outras. Isso ocorre, por exemplo, quando um país convida outros para observar suas manobras militares, em tempo de paz, com o intuito de impressioná-los com o seu poderio militar. É verificado também nas esquadras, que, por sua elevada mobilidade, estão presentes em diversos lugares do globo, fato que as torna um dos principais instrumentos da política de prestígio (MORGENTHAU, 2003).

A mobilização parcial ou total dos exércitos é outro instrumento da política de prestígio, que, além de servir como meio de dissuasão, presta-se à preparação de um eventual conflito ao colocar a nação em uma posição militar vantajosa. Tal mobilização pode atualmente ser considerada um instrumento obsoleto, visto que os conflitos atuais exigem que as Forças Armadas estejam sempre prontas (MORGENTHAU, 2003).

<sup>12</sup> Conferência realizada ao final da Segunda Guerra Mundial, com a presença de Winston Churchill (1874-1965), Josef Stalin (1878-1953) e Harry Truman (1884-1972), líderes dos três países aliados (Reino Unido (RU), ex-URSS e EUA), a fim de definir como seria administrada a Alemanha, que havia se rendido semanas antes (BLAINEY, 2010).

Dado o exposto, depreendemos que o prestígio, independente do instrumento que utiliza, é um fator importante para a consecução de uma política externa de *status quo* ou de imperialismo, uma vez que o nível da reputação de poder de uma nação pode facilitar que sejam alcançados seus objetivos. Nesse contexto, em algumas regiões do globo, como na África, as grandes potências buscam expandir seu poder utilizando-se de sua capacidade tecnológica e econômica. Dessa forma, incrementam seu prestígio perante a países menos desenvolvidos, o que contribui para o atingimento dos fins de sua política externa.

Por fim, ao concluirmos esse capítulo, verificamos que as três políticas apresentadas possuem uma inter-relação notória. Essa afirmativa se evidencia pela linha tênue e interpretativa que separa a política de *status quo* da política de imperialismo e, também, pela mencionada subordinação da política de prestígio às demais.



### 3 AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E ÁFRICA

Neste capítulo, apresentaremos uma contextualização do processo de envolvimento da RPC na África, procurando precisar como esse continente estava inserido dentro da política internacional da nação asiática. Com esse intuito, vamos nos ater aos conhecimentos que servirão de base para entendermos, no próximo capítulo, como se deu o relacionamento entre a RPC e a República de Angola no início deste século.

Dessa maneira, este capítulo foi dividido em duas seções. Na primeira, abordaremos os fatos históricos que consideramos mais relevantes no relacionamento sino-africano na segunda metade do século XX. E na seção seguinte, apresentaremos a parceria China-África no século atual, focando nos pontos que são de interesse para entendermos a relação da RPC com Angola.

#### 3.1 O INÍCIO DO RELACIONAMENTO SINO-AFRICANO

Nesta seção, abordaremos como ocorreu a relação da China com as nações africanas após a Revolução Chinesa (1949), que consolidou a ascensão dos comunistas ao poder no país. Com isso, pretendemos estruturar as bases que esclarecem o relacionamento contemporâneo sino-africano.

As relações da China com a África começaram a se desenvolver no início da década de 1950, quando o país buscava alcançar reconhecimento internacional e aliados políticos, mormente, contra o Ocidente capitalista e a então URSS. Nesse contexto, durante a Conferência

de Bandung (1955)<sup>13</sup>, a China e os Estados africanos passaram a adotar em suas relações os cinco princípios da chamada “Coexistência Pacífica”: o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, a não agressão mútua, a não interferência nos assuntos internos um do outro, a igualdade e o benefício mútuo e a coexistência pacífica (LOOY, 2006).

Anos mais tarde, em 1971, com significativo apoio dos países africanos, a RPC substituiu a República da China (RC)<sup>14</sup> em Taiwan no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)<sup>15</sup>. A partir de então, passou a ser reconhecida como a “China legítima” e obteve reconhecimento de muitos Estados, tornando-se um parceiro africano estratégico para questões internacionais. Mesmo assim, ainda hoje, a África permanece sendo um palco de disputas entre as duas nações, principalmente em razão das políticas externas dos países do continente serem voláteis, impulsionadas sobretudo pela busca por ajuda e contribuições financeiras (LOOY, 2006; LOPES; NASCIMENTO; VADELL, 2013).

Durante a década de 1980, a China demonstrou menos interesse pela África, visto que intensificou suas relações com a ex-URSS e os EUA, ainda em busca de reconhecimento internacional. No entanto, em 1989, os eventos na Praça da Paz Celestial<sup>16</sup> fizeram com que o Mundo Ocidental questionasse as ações do governo chinês, levando a RPC a se concentrar em outros relacionamentos, dando aos Estados africanos uma nova prioridade. A partir de então, a cooperação Sul-Sul<sup>17</sup> foi intensificada entre China e África (LOOY, 2006).

<sup>13</sup> Reunião de 29 Estados asiáticos e africanos que teve como objetivo promover as relações econômicas e culturais entre os dois continentes e, igualmente, discutir a posição hegemônica das potências ocidentais. (LOOY, 2006).

<sup>14</sup> Nome oficial do Estado conhecido como Taiwan.

<sup>15</sup> Órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pela paz e segurança internacionais. Formado por cinco membros permanentes – EUA, Rússia, RU, França e RPC – e dez não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de dois anos (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, [20-?]).

<sup>16</sup> Em 4 de junho de 1989, protestos contra o governo comunista de Deng Xiaoping (1904-1997) foram violentamente reprimidos pelas Forças Armadas (FA) chinesas na Praça da Paz Celestial. Tal fato repercutiu internacionalmente de forma negativa, a ponto de reduzir substancialmente a entrada de capital e de indústrias estrangeiras na China (BLAINEY, 2010).

<sup>17</sup> Termo utilizado para indicar a colaboração mútua entre os países subdesenvolvidos, visto que eles, em sua maioria, estão localizados no Hemisfério Sul. Dentro desse conceito, a China, considerado o maior país subdesenvolvido do mundo, propôs-se a ajudar os demais no caminho para o desenvolvimento (LOPES; NASCIMENTO; VADELL, 2013).

Ao analisarmos as passagens históricas apresentadas, observamos que o relacionamento sino-africano, que se sucedeu na segunda metade do século XX, não foi de grande intensidade, em que pese ter sido pautado no apoio recíproco. Nesse sentido, ao longo desse período, avultou de importância o suporte político mútuo entre a RPC e os países do continente africano, marcado, sobretudo, nos princípios da “Coexistência Pacífica” estabelecidos na Conferência de Bandung.

### 3.2 A PARCERIA ESTRATÉGICA CONTEMPORÂNEA ENTRE CHINA E ÁFRICA

Nesta seção, apresentaremos uma contextualização das relações entre a RPC e o continente africano na contemporaneidade, com o intuito de identificarmos em que conjuntura está inserida a política externa do país em Angola. No início do século XXI, o extraordinário crescimento econômico chinês, constatado pela elevação do seu Produto Interno Bruto (PIB) (GRAF. 1, ANEXO A), alterou sua política externa, tornando-se a base para sua ascensão à grande potência mundial. Assim sendo, Mendes (2010) entende que a RPC passou a apoiar tal política em duas bases: evitar o reconhecimento internacional de Taiwan como Estado soberano e assegurar o acesso aos recursos energéticos que possibilitam o desenvolvimento do país.

Tendo em vista esse cenário, Kaplan (2013) afirma que a China começou a construir relações em lugares remotos que pudessem oferecer os recursos necessários ao seu crescimento, tal qual o fez em partes da África Subsaariana, rica em petróleo e minerais. Ainda, classificou a RPC como uma potência hiper-realista, por considerar que ela se voltou para o exterior em razão da necessidade de sobrevivência e de expansão econômica, interesses nacionais vitais.

Outro aspecto relevante, é que a política exterior chinesa se apresentou dissociada de qualquer ideologia ou sistema de governo que intencionasse difundir e, tampouco, importou-

se com o tipo de regime com que se relacionava. Tudo o que a China precisava no país anfitrião era estabilidade (KAPLAN, 2013). Ademais, o seu apoio ao desenvolvimento dos países era incondicional, isto é, não impunha o atendimento a normas de boa governança ou o respeito aos direitos humanos. Tais princípios de atuação chinesa passaram a ser denominados de "Consenso de Pequim"<sup>18</sup> (MENDES, 2010).

No entanto, a expansão do interesse estratégico chinês na África não se resumiu somente à sua necessidade de acesso a fontes de petróleo e demais recursos naturais. Da mesma forma, havia a vontade de vincular o mercado consumidor africano, em ascensão, às suas dinâmicas de investimento e comércio, assim como o interesse político de ampliar a projeção diplomática do país em órgãos multilaterais no sistema internacional (ALVES, J., 2015). Com relação a tal projeção, Pautasso (2016) destaca o ingresso da RPC na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 e o seu maior protagonismo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no início do século XXI.

Em virtude do que foi mencionado, conseguimos constatar como a China passou a se inserir na cooperação Sul-Sul neste século. De maneira geral, Pequim buscou atingir seus objetivos de maneira pragmática em relações revestidas de uma aparência mutuamente benéfica. Dessa forma, converteu-se em uma alternativa de parceria, à primeira vista, interessante aos países africanos, na medida em que colaborava em termos econômicos e políticos com eles, sem interferir em suas soberanias.

É nesse contexto que, no ano 2000, foi criado o *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC)<sup>19</sup>, com a participação de 45 países africanos. O FOCAC foi considerado

<sup>18</sup> O "Consenso de Pequim" defende um modelo que contraria a ideia de liberalização política ou reformas econômicas como condições fundamentais para o desenvolvimento de longo prazo. Desse modo, o desenvolvimento é estimulado por meio do comércio e investimento em infraestruturas e instituições sociais (MENDES, 2010).

<sup>19</sup> O Fórum de Cooperação China-África tem o propósito de estimular a cooperação sino-africana e a construção de uma nova ordem política e econômica internacional. É realizado a cada três anos, tendo se transformado na principal plataforma para o diálogo e a coordenação China-África no século XXI (LOOY, 2006; LOPES; NASCIMENTO; VADELL, 2013).

um marco de renovação da aliança estratégica Sul-Sul e se fundamentou na confiança recíproca, na igualdade política, no intercâmbio cultural e na cooperação econômica *win-win*<sup>20</sup>. Essa cooperação levou a um incremento substancial do comércio bilateral sino-africano (GRAF. 2, ANEXO B), tendo a China se tornado o maior parceiro comercial da África em 2009, bem como ao aumento do volume de investimentos e de recursos de ajuda por parte da RPC (LOPES; NASCIMENTO; VADELL, 2013; PAUTASSO, 2016).

Já na segunda década do século XXI, de acordo com Delage (2017), a chegada ao poder de Xi Jinping (1953-), em 2013, levou a uma nova transformação da política externa chinesa, que passou a buscar a paridade nas relações com os EUA. Como consequência, no mesmo ano, o presidente chinês anunciou a *Belt and Road Initiative* (BRI)<sup>21</sup> (FIG. 1, ANEXO C), um ambicioso projeto chinês para alavancar sua inserção internacional:

[...] a Nova Rota da Seda busca os seguintes elementos da cooperação: a coordenação das políticas, a conectividade das instalações, o comércio desimpedido, a integração financeira e o intercâmbio de pessoas. Para tanto, os objetivos são alinhar e coordenar as estratégias de desenvolvimento desses países; criar demandas e oportunidades de emprego; promover confiança, paz e prosperidade. O plano deixa claro a disposição do governo chinês em arcar com mais responsabilidades e obrigações dentro das suas possibilidades e de promover os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Segundo o documento, há (*sic*) Nova Rota subdivide-se no Cinturão Econômico ligando a China-Ásia Central-Rússia-Europa (Báltico); e a Rota Marítima, projetada para ir da costa da China para a Europa através do Mar do Sul da China e do Oceano Índico em uma rota, e da costa da China através do Mar do Sul da China para o Pacífico Sul na outra (PAUTASSO, 2016, p. 127).

Em vista dos argumentos apresentados, é possível percebemos que a política internacional chinesa interfere atualmente de duas maneiras principais no continente africano. A primeira, direta e específica, por meio dos FOCAC realizados trienalmente. A segunda, de forma mais ampla e indireta, com o continente africano inserido na BRI. No que tange a essa

<sup>20</sup> Conhecida também como "ganha-ganha". Expressão utilizada para indicar um relacionamento econômico onde ambos os lados obtêm vantagens.

<sup>21</sup> Inicialmente denominada de *One Belt, One Road* (OBOR). Também chamada, atualmente, de estratégia da Nova Rota da Seda, em alusão à rota utilizada na antiguidade no comércio de seda entre o Oriente e a Europa (DELAGE, 2017).

iniciativa, verificamos que, em virtude de seus posicionamentos geográficos, o Quênia, a Somália, o Djibuti e o Egito exercem papéis relevantes para a rota marítima da estratégia.

Cabe ressaltarmos, antes de concluirmos essa seção, que a política externa da RPC na África também apresentou consequências negativas. De acordo com Mendes (2010), ampla parcela dos benefícios resultantes do envolvimento chinês não foram para a camada mais pobre da população, mas sim para as elites. Tal situação foi decorrente do alto índice de corrupção nos países africanos e do fato de que os chineses levaram sua própria mão de obra e penetraram no mercado local com produtos mais baratos, o que acarretou a falência de inúmeras fábricas e o aumento do desemprego. Tull (2006) vai mais além, ao afirmar que as relações econômicas entre a China e a África eram amplamente desequilibradas e tendiam a reproduzir a relação assimétrica do Ocidente com a África.

Dado o exposto, podemos concluir que a dita postura pragmática, guiada por uma cooperação econômica *win-win*, não foi tão benéfica assim para os países africanos. O que se constata é que as políticas externas chinesas se utilizaram de seu poderio econômico, a fim de buscar influenciar outros países e órgãos internacionais. Nesse sentido, a África se tornou uma região geopoliticamente estratégica para a consecução desse objetivo, por conta do seu grande mercado consumidor e por se apresentar como uma nova fonte de recursos naturais, mormente o petróleo. Desta feita, ao finalizarmos o presente capítulo, conseguimos constatar por que e como o relacionamento sino-africano evoluiu do simples apoio político mútuo à parceria estratégica.

## 4 AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E ANGOLA NO SÉCULO XXI

O início do século XXI foi marcado por profundas transformações na forma como a RPC atuava na República de Angola. A nação asiática, como já vimos, apresentava um crescimento econômico surpreendente, que incentivou a mudança de sua política externa. Por sua vez, o país africano emergia de um longo período de conflitos internos, que havia se estendido por mais de três décadas. No capítulo que ora iniciamos, passaremos a expor como a política externa chinesa atuou em Angola, especificamente, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2017. Para atingir tal propósito, tomaremos como base a visão geral do relacionamento China-África exposta no capítulo anterior.

Dessa forma, estruturamos este capítulo em quatro seções. Na primeira, abordaremos os antecedentes históricos que consideramos mais relevantes no relacionamento sino-angolano, a partir do início dos seus movimentos de independência no século XX. Já a segunda seção destinar-se-á a apresentar como se deu a transformação da relação entre ambos os países no início deste século. Na terceira seção, exporemos os principais aspectos da cooperação econômica, versando sobre a significância do papel do petróleo angolano e dos investimentos de capital chineses na relação bilateral entre os dois países. Por fim, na quarta seção, será destacada a influência da expansão cultural chinesa em Angola.

### 4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O estudo da história nos ajuda a compreender de melhor forma os fatos que ocorrem no presente. Com esse intuito, apresentaremos, nesta seção, um prelúdio às relações sino-

angolanas, a partir da década de 1960. O envolvimento da RPC com Angola remonta à Guerra de Independência do país africano (1966-1975), na qual a China apoiou, com armamento e treinamento militar, os três principais movimentos de libertação angolanos: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) (CAMPOS; VINES 2008).

Os embates entre esses grupos e o governo português duraram nove longos anos, até que, em novembro de 1975, o MPLA usurpou o poder, com o apoio da ex-URSS, declarando Angola independente. Dessa maneira, a China, que à época buscava se dissociar do comunismo soviético, percebeu que sua política externa de auxílio aos três movimentos rivais havia fracassado, acarretando o seu não reconhecimento à independência angolana (CAMPOS; VINES 2008).

Todavia, logo após sua libertação, o povo angolano se viu envolto em mais um conflito com a eclosão da Guerra Civil Angolana (1975-2002) entre o MPLA e a UNITA. O primeiro movimento continuou sendo fortemente apoiado pelo governo da ex-URSS e, também, por Cuba. Já o segundo recebeu auxílio principalmente dos EUA, África do Sul e da própria China. A guerra civil durou quase três décadas, alternando momentos de tensão e calma, até que Jonas Savimbi (1934-2002), líder da UNITA, foi morto, possibilitando que fosse firmado um acordo de trégua que, juntamente, concedeu anistia aos membros do movimento derrotado (ROTBERG, 2008).

Nesse ínterim, em 1983, Pequim já havia reconhecido a independência de Angola e estabelecido relações diplomáticas com Luanda. Como resultado, ambos os países assinaram o primeiro acordo comercial em 1984 e uma comissão conjunta de economia e comércio foi criada em 1988, embora sua primeira reunião só tenha sido realizada em 1999 (CAMPOS; VINES 2008).



Apesar disso, no início dos anos 1990, houve acusações de que o governo chinês fornecia armas à UNITA, o que era negado por Pequim. Em que pese esse fato, no decorrer de tal década, as relações entre China e Angola passaram a prosperar gradualmente, tendo o país africano se tornado o segundo maior parceiro comercial chinês no continente, principalmente por causa da cooperação em defesa (CAMPOS; VINES 2008).

A partir do exposto, podemos constatar que o envolvimento chinês em Angola, na segunda metade do século XX, foi instigado sobremaneira por questões internas do país africano, que passou grande parte desse período em conflitos. Consequentemente, Pequim pautou seu relacionamento com Luanda, basicamente, no fornecimento de treinamento, de armas e de equipamentos militares.

#### 4.2 A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-ANGOLANAS

Nesta seção, buscaremos analisar quais acontecimentos marcaram a transformação das relações entre China e Angola. Após o fim do conflito angolano em 2002, as relações bilaterais entre os dois países mudaram rapidamente da assistência à base de segurança e defesa para a colaboração econômica, com um foco particular na reconstrução e desenvolvimento de Angola e no fornecimento de petróleo à RPC (CORKIN, 2011).

Rotberg (2008) salienta que, logo após o término da guerra civil, o governo angolano iniciou tratativas com o FMI visando ao empréstimo de capital, a fim de que pudesse investir na infraestrutura do país que havia sido destruída. Entretanto, o FMI condicionou a concessão do financiamento à realização, por Angola, de uma série de reformas de transparência e estabilização econômica. Os angolanos consideraram tais condições uma interferência externa ultrajante, todavia, até aquele momento, não possuíam outra alternativa.

Contudo, em março de 2004, Angola interrompeu as negociações com o FMI ao firmar um acordo com a RPC, que garantiu ao país africano uma linha de crédito de US\$ 2 bilhões concedida pelo *Export-Import Bank of China*<sup>22</sup> (TAB. 1, ANEXO D). Esse acordo passou a ser considerado como um paradigma da cooperação Sul-Sul, tendo em vista que não foram impostas ao país africano quaisquer condições degradantes. Formalmente, a única exigência chinesa foi o pedido à Angola para não reconhecer Taiwan como Estado independente, de acordo com a política de “uma só China”<sup>23</sup> (ALVES, D., 2007). Além disso, Corkin (2011) afirma que tais empréstimos foram concedidos em termos generosos em comparação aos oferecidos pelos bancos europeus e estadunidenses, com taxas de juros acrescidas de 1,5% sobre a *London Inter-bank Offered Rate (LIBOR)*<sup>24</sup>.

Nesse contexto, o *Eximbank* passou a ser um instrumento crucial para a expansão da colaboração econômica entre os dois países. Para exemplificar, somente entre os anos de 2004 e 2010, o banco chinês concedeu cerca de US\$ 10,5 bilhões em financiamentos ao governo angolano. Cabe ressaltar que os termos de tais empréstimos prescreviam que pelo menos 70% das empresas contratadas para realização dos projetos subsidiados fossem chinesas. Essas empresas eram pagas diretamente pelo *Eximbank*, que descontava o valor emprestado das compras de petróleo angolano feitas pelo governo chinês (CORKIN, 2011).

Isso posto, podemos constatar que a mudança da política externa chinesa em relação à Angola, no início do século XXI, desde o começo seguiu os preceitos do "Consenso de Pequim", especialmente no que diz respeito ao investimento na melhoria da infraestrutura

<sup>22</sup> Igualmente chamado de *China Eximbank*, ou Banco de Exportação e Importação da China. Passaremos a utilizar nesse trabalho simplesmente o termo *Eximbank*. Foi um dos três bancos de investimento chineses criados em 1994. Os demais foram o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China. Tanto o *Eximbank*, quanto o Banco de Desenvolvimento da China foram instrumentos-chave na política econômica externa chinesa e na cooperação com a África. O *Eximbank* forneceu financiamentos e empréstimos para desenvolvimento de infraestrutura em grande parte dos países africanos (CORKIN, 2011).

<sup>23</sup> Também conhecida como política da “China Única”, na qual a RPC considera que Tibete, Taiwan e as ilhas nos mares do Sul da China fazem parte do país (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

<sup>24</sup> Taxa de juros referencial para financiamentos internacionais (CORKIN, 2011).

angolana. Nesse sentido, a necessidade de capital para investimento por parte de Angola e a demanda chinesa por petróleo se constituíram nos pilares da intensificação dos laços sino-angolanos no período mencionado.

Sem embargo, novamente percebemos que Pequim utilizou a narrativa de uma cooperação *win-win*, sem exigências formais aviltantes, ao passo que em realidade se fez valer de sua pretensa ajuda econômica para atender ainda mais os seus interesses. Isso ocorreu quando o governo chinês, ao mesmo tempo em que concedeu linhas de crédito a Luanda, atrelou seu pagamento ao fornecimento de petróleo. Da mesma forma, verificamos tal situação, quando o *Eximbank* estabeleceu que os financiamentos concedidos para investimentos na infraestrutura angolana deveriam ser aplicados, preponderantemente, em empresas chinesas.

#### 4.3 A COOPERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE CHINA E ANGOLA

Na seção anterior, evidenciamos que a transformação da relação entre China e Angola, no início deste século, ocorreu em consequência de interesses financeiros e comerciais de ambos os lados. De ora em diante, abordaremos com mais detalhes como se sucedeu a cooperação econômica entre os dois países após essa modificação de relacionamento.

O crescimento econômico chinês no final do século XX, como mencionado, impulsionou o país a buscar expandir sua influência política e econômica, alterando sua política externa. No que se refere especificamente à Angola, esse movimento começou, indiretamente, no ano 2000 com a participação do país no FOCAC. Não obstante, em 2003, a RPC tomou a iniciativa de criação do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os

Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau)<sup>25</sup>, com a finalidade de expandir sua penetração no mercado lusófono, o qual inclui Angola. (ALVES, D., 2007).

Todas essas ações contribuíram para que o comércio bilateral entre os dois países crescesse em ritmo acelerado. Segundo Ke (2016), em 2007, Angola transformou-se no maior parceiro comercial africano da China. Os asiáticos adquiriram, desde então, cerca de metade das exportações angolanas, tendo o volume de importações chinesas aumentado mais de dez vezes entre 2003 e 2014. Nesse diapasão, a participação das importações chinesas sobre as exportações de petróleo bruto por Angola, de 2000 a 2016, também cresceu (GRAF. 3, ANEXO E).

Dessa forma, podemos verificar que o recrudescimento do interesse chinês em Angola, não por acaso, inseriu-se dentro de uma política internacional mais abrangente que contemplou a entrada de Pequim na OMC e a criação do FOCAC e do Fórum da Macau. Essa política surtiu efeitos positivos, ao passo que efetivamente incrementou as relações comerciais bilaterais entre Pequim e Luanda. Na próxima seção, procuraremos entender os fatores que incentivaram tal crescimento.

#### 4.3.1 O petróleo angolano

Desde o século passado, o petróleo já era fundamental para a economia angolana, representando cerca de 50% do PIB e mais de 90% das exportações do país. Em 2003, logo

<sup>25</sup> O Fórum de Macau é organizado pelo Ministério do Comércio da China, com a colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em coordenação com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Está permanentemente sediado em Macau e realiza, a cada três anos, uma Conferência Ministerial (SECRETARIADO PERMANENTE DO FÓRUM PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA E COMERCIAL ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2020).

após a guerra civil, Angola possuía a segunda maior reserva e era o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana, atrás apenas da Nigéria, de acordo com D. Alves. (2007) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP, 2012).

Tais fatos também revelam o quão significativo era o papel angolano no mercado mundial de petróleo. Além disso, duas outras circunstâncias são interessantes de termos em conta. Uma delas é que, ao contrário do que ocorria na maioria dos países, existia a estimativa de que as reservas de petróleo angolanas continuassem a aumentar nos anos seguintes, o que de fato ocorreu (GRAF. 4, ANEXO F). A outra é que o petróleo produzido no país é do tipo leve, cujo refino é mais barato (ROTBERG, 2008).

Essas condições já haviam atraído muitas das maiores empresas multinacionais de petróleo do mundo, tais como a Exxon Mobil, a Total e a Chevron, que, por isso, guardavam boas relações com o governo de José Eduardo dos Santos (1942-), presidente angolano de 1979 a 2017. Não foi diferente com a *China Petrochemical Corporation* (SINOPEC), que ingressou no mercado de petróleo angolano, em 2004, com a compra de uma participação de 50% na exploração de um bloco de petróleo (ROTBERG, 2008).

Vale ressaltarmos que essa transação foi considerada bastante controversa, já que a Shell, ex-proprietária da participação, meses antes havia proposto vender sua parte para a *Oil and Natural Gas Corporation* (ONGC) *Videsh*. No entanto, o governo angolano exerceu sua preferência e vendeu a concessão ao consórcio *Sinopec-Sonangol International* (SSI), formado pela SINOPEC e pela Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL)<sup>26</sup>. Coincidentemente, ou não, a compra da participação pela SSI ocorreu próximo à assinatura da linha de crédito de US\$ 2 bilhões concedida pelo *Eximbank* à Angola (CORKIN, 2011).

Contudo, o fato é que, embora a SINOPEC tenha adquirido, nos dois anos que se seguiram, mais três blocos de petróleo em Angola, as empresas chinesas não possuíam a

<sup>26</sup> Companhia estatal de petróleo angolana (ROTBERG, 2008).

tecnologia para explorar os referidos blocos no Golfo da Guiné. Por isso, e pela dificuldade de competir com as demais empresas estrangeiras há tempos instaladas no país, deixaram de realizar esse tipo de investimento a partir de 2006 (ROTBERG, 2008). Nesse mesmo ano, em que pese tal dificuldade, Angola se tornou o maior fornecedor mundial de petróleo à RPC, ultrapassando, pela primeira vez, a Arábia Saudita. Todavia, os dois países se alternaram como principais exportadores de petróleo à China até 2017 (ALVES, D., 2007; THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, [2018?]).

Analisando os dados apresentados, podemos referendar que um dos grandes motivos para a aproximação sínica com Angola foi o elevado potencial de fornecimento de petróleo que o país possuía. Aliado a isso, acrescentamos a já mencionada necessidade chinesa de diversificar suas fontes deste valioso recurso, com o intuito de manter o seu crescimento econômico. Por tudo isso, embora as empresas petrolíferas chinesas não tenham conseguido uma maior participação no setor dentro de Angola, a RPC conseguiu incrementar suas importações de petróleo provenientes do país africano, garantindo, assim, o que para ela é mais importante: o acesso a tal recurso.

#### 4.3.2 Os investimentos chineses

O financiamento concedido pelo *Eximbank*, em 2004, foi seguido de outros de valores similares, os quais foram investidos nas áreas de educação, saúde, transporte, saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações, agricultura e pesca. As duas primeiras possuíam certa prioridade, o que levou à construção de hospitais e escolas por todo o país. Todavia, em uma país arrasado por uma guerra civil, todos os setores careciam de atenção (CAMPOS; VINES 2008).

Um desses setores era o de transporte, em que os investimentos permitiram a restauração da rodovia Luanda-Lobito e o início da construção de um novo aeroporto internacional em Luanda, em 2005, que, entretanto, não havia sido concluído até o fim de 2017. Além disso, as linhas de crédito chinesas foram utilizadas na reabilitação do setor ferroviário angolano, destruído durante a guerra civil (CAMPOS; VINES 2008).

Assim sendo, a RPC apoiou a reconstrução da linha férrea de Benguela<sup>27</sup>, que se iniciou em 2006 e foi concluída em 2013<sup>28</sup>. A ferrovia de Benguela é o componente principal do corredor multimodal de Lobito, que é visto como um grande corredor de desenvolvimento do sul da África, e compreende também estradas, aeroportos e portos. Nesse sentido, igualmente, os chineses contribuíram para a modernização e expansão do porto de Lobito, que passou a contar com um terminal de contêineres, um de minérios e um de petróleo (DUARTE; SANTOS; TJØNNELAND, 2014).

A relevância do corredor modal de Lobito para a China transcendia a concessão de financiamentos e a utilização de empresas do país para sua construção. Desse modo, de acordo com Breuer (2017), em 2017, os chineses manifestaram a intenção de revitalizar a ferrovia que liga a Tanzânia a Zâmbia<sup>29</sup>, o que permitiria, também, sua ligação ao porto de Lobito pelo sul do Congo, o que poderia se constituir em um “segundo cinturão” da BRI (FIG. 3, ANEXO H).

Em face do exposto, podemos concluir que os altos valores de linhas de crédito concedidas pela China foram fundamentais para a reconstrução da infraestrutura angolana no pós-guerra civil, permitindo o estabelecimento do poder econômico chinês em um território onde antes o país não tinha influência. Outrossim, a possibilidade de interligação da ferrovia de Benguela com a TanZam permitirá uma maior integração das costas oeste e leste da região

<sup>27</sup> Principal ferrovia de Angola, com mais de 1.300 km de extensão. Liga o porto de Lobito, na costa oeste do país, à fronteira com o Congo, região rica em minérios (FIG. 2, ANEXO G) (DUARTE; SANTOS; TJØNNELAND, 2014).

<sup>28</sup> Todavia, entrou em operação somente em 2015 (BREUER, 2017).

<sup>29</sup> Conhecida também como TanZam (BREUER, 2017). No presente trabalho, passaremos a adotar essa nomenclatura para nos referir a essa ferrovia.

austral do continente africano. Sendo assim, a interligação das duas ferrovias representará um marco importante para inserção de Angola na iniciativa estratégica da Nova Rota da Seda.

No entanto, nem todos os investimentos chineses foram exitosos. Em 2006, embora já fosse um grande produtor de petróleo, Angola possuía uma capacidade de refino baixíssima, o que levou o governo do país a negociar com a SINOPEC uma parceria para a construção de uma refinaria em Lobito. Porém, o acordo não avançou, em virtude de a SINOPEC exigir que os derivados de petróleo fossem exportados para a China, enquanto os angolanos desejavam que o fossem para os demais países africanos (ROTBURG, 2008).

Por outro lado, segundo Corkin (2011), para proteger sua soberania, o governo angolano não assentiu nenhum tratamento preferencial à China, fosse como parceiro comercial ou de investimento. Tal fato possibilitou que outros países, como Espanha, Canadá e o próprio Brasil, também concedessem linhas de crédito, na tentativa de que suas empresas e produtos pudessem competir com os chineses no mercado angolano.

Isso posto, ainda que Angola tenha sido cautelosa em não deixar a China dominar a sua economia, constatamos que os financiamentos concedidos pelo *Eximbank* foram essenciais para a reconstrução do país africano. É de se notar que, ao investir em Angola, a RPC empregou uma política que visou sobretudo ao atendimento de seus interesses econômicos, o que nos afasta da interpretação de que tenha sido puramente altruística. Independente disso, tais investimentos não deixam de ser valiosos para os angolanos, conforme já expusemos.

Por tudo que foi apresentado nessa seção, concluímos que o crescimento da cooperação econômica sino-angolana, observado após a guerra civil do país africano, foi norteado essencialmente por uma política bilateral que condicionava os investimentos chineses na reconstrução de Angola ao fornecimento de petróleo à China.



#### 4.4 A INFLUÊNCIA DA CULTURA SÍNICA EM ANGOLA

Nesta seção, analisaremos como o avanço da cooperação econômica entre China e Angola impactou no relacionamento cultural sino-angolano. Ademais, procuraremos abordar de que maneira a RPC atuou para incrementar essa relação e qual era a percepção do povo angolano sobre a cultura chinesa. Para isso, nos valeremos, também, de uma pesquisa realizada com indivíduos angolanos pelo pesquisador You Ke<sup>30</sup>.

Como anteriormente mencionado nesse trabalho, as linhas de crédito concedidas pela China atrelavam a execução do projeto de reconstrução do país, em grande parte, a empresas sínicas. De acordo com Rotberg (2008), como no restante da África, tais empresas empregavam prioritariamente mão de obra chinesa, tanto para cargos gerenciais, quanto para trabalhos não qualificados, o que fez com que houvesse um acréscimo significativo do número de chineses em Angola<sup>31</sup>.

Os argumentos chineses para a contratação massiva de seus próprios nacionais eram que, dessa forma, poderiam garantir o controle de qualidade e que a produtividade não seria afetada por problemas de comunicação. Todavia, tal prática privava a população angolana de alcançar novos empregos e oportunidades, além de não possibilitar a transferência de conhecimento para Angola (ROTBERG, 2008).

Ademais, esses trabalhadores chineses viviam em locais isolados e pouco se relacionavam com a comunidade angolana. Tal distanciamento era justificado pela diferença linguística e cultural entre os dois povos, que prejudicava o entendimento mútuo e provocava

<sup>30</sup> Mestrando em Cultura e Comunicação da Universidade de Lisboa no ano de 2016. Não foram encontrados dados relativos a seus anos de nascimento e morte.

<sup>31</sup> Segundo o presidente da Câmara do Comércio Angola-China (CCAC), no ano de 1999, contabilizando os diplomatas, havia apenas 22 chineses em Angola (HAIFANG, 2012 *apud* KE, 2016). No ano de 2014, esse número já chegava aos 260.000, que trabalhavam, em sua maioria, em empresas chinesas de construção civil (KEXIANG, 2015).

choques culturais. As condições de segurança e higiene precárias, em Angola, igualmente contribuíram para esse isolamento (KE, 2016).

Além disso, outros fatores levaram à uma certa animosidade da população local em relação aos chineses. Podemos citar a migração ilegal, a prática de corrupção por empresas sínicas e o fato de que companhias estrangeiras das demais nacionalidades não só utilizavam mão de obra local, como também promoviam programas assistenciais em outras áreas, tais quais saúde e educação (KE, 2016; ROTBERG, 2008).

Dessa forma, percebemos que o comportamento das empresas chinesas, bem como a falta de interesse de seus nacionais em se integrarem à cultura de seu país anfitrião prejudicaram a expansão do prestígio chinês em Angola. Nesse contexto, ao analisarmos o gráfico que lista os principais obstáculos para o melhor entendimento da cultura chinesa pelos angolanos (GRAF. 5, ANEXO I), verificamos que o idioma e problemas de identificação com a ideologia e o modo de pensar chineses, ainda em 2016, se constituíam nos maiores entraves para a integração dos dois povos, de acordo com os africanos.

Conscientes dessa situação, líderes de ambos os países haviam procurado estabelecer políticas conjuntas que visaram a fomentar a maior integração entre as duas culturas. Em 2008, os dois governos firmaram um acordo que definia a cooperação cultural sino-angolana. Com base nisso, nos anos que se seguiram, foram realizadas diversas atividades culturais entre China e Angola, divulgada a Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parcerias Estratégicas<sup>32</sup> em 2010, e inaugurado o primeiro Instituto Confúcio<sup>33</sup> em Angola no ano de 2015 (KE, 2016).

Essas iniciativas contribuíram para que a presença chinesa não apresentasse somente aspectos negativos. Ke (2016) aponta que os africanos passaram a se interessar por

<sup>32</sup> A Declaração marcou uma nova etapa das relações sino-angolanas, não somente focada na cooperação econômica, mas também no incremento do intercâmbio cultural (KE, 2016).

<sup>33</sup> Instituto chinês que desempenha a função de ensinar a língua e a cultura chinesa em diversos países ao redor do globo (KE, 2016).

diversos aspectos culturais do país asiático, tais como a medicina tradicional chinesa e a culinária (GRAF. 6 e 7, ANEXOS J e K). Ainda, constatamos que a maior parte da amostra inquirida considerou que a presença chinesa no desenvolvimento de Angola foi mutuamente vantajosa (GRAF. 8, ANEXO L).

Sendo assim, verificamos que as políticas de integração entre os dois países colaboraram para a melhoria do relacionamento cultural recíproco. No entanto, cabe-nos ressaltar que, de uma forma geral, a influência cultural chinesa em Angola se deu de forma incipiente, carecendo ainda de uma maior vontade dos imigrantes chineses de se incorporarem a sociedade angolana. Nesse sentido, verificamos que aspectos culturais relevantes do povo chinês, tais quais sua ideologia e forma de pensar, bem como seus costumes e tradições, ainda são de difícil compreensão para os angolanos.

Portanto, com base nos argumentos expostos nesse capítulo, podemos perceber que a cooperação econômica exerceu maior preponderância do que a cooperação cultural nas relações bilaterais, em razão, essencialmente, desse relacionamento ser baseado no benefício econômico mútuo.

## **5 A POLÍTICA CHINESA EM ANGOLA E A TEORIA DE MORGENTHAU**

No capítulo dois, descrevemos as formas de política internacional que os Estados utilizam no jogo de disputa de poder com os demais países, sob o prisma de Hans Morgenthau. Já nos capítulos três e quatro, expusemos como o extraordinário crescimento econômico chinês levou à alteração da política externa da China na África, no século XXI, e demos ênfase à sua relação com a República de Angola. No capítulo ora iniciado, realizaremos uma comparação entre os aspectos mencionados referentes à teoria realista de Morgenthau e à política externa chinesa em Angola, de modo a concluirmos sobre a existência, ou não, de aderência entre esse modelo teórico e as políticas da RPC.

Dessa forma, discorreremos sobre essa confrontação em quatro seções. Na primeira, analisaremos a mudança da política externa da China na transição para o atual centenário. Na segunda seção, observaremos os impactos que essa política trouxe à reputação do país asiático. Já na terceira seção, verificaremos se a maneira e o porquê de a China ter se aproximado de Angola têm correlação com a teoria de Morgenthau. E, por fim, na quarta seção, procuraremos identificar se a expansão da cultura chinesa em Angola contribuiu para o incremento do seu controle sobre o país africano.

### **5.1 A TRANSFORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA**

Analisaremos, a partir de agora, se o poder político chinês passou a ser utilizado para atingir os objetivos do país, ao mesmo tempo em que identificaremos quais seriam esses objetivos, de acordo com a teoria de Morgenthau. O relacionamento da RPC com a África, na

segunda metade do século XX, foi marcado por alternâncias de interesse chinês, que ora se aproximava, ora se afastava dos países do continente. Em que pese essa falta de constância e intensidade, tal relacionamento centrou-se no apoio político recíproco entre as duas regiões.

Especificamente em Angola, essa relação se iniciou mais tardiamente, na década de 1960, com o apoio chinês aos movimentos de libertação angolanos, tendo se interrompido com a chegada do MPLA ao poder. Após a retomada das ligações diplomáticas, em 1983, até o final da Guerra Civil angolana, em 2002, as relações se deram da mesma forma que no período inicial, ou seja, focadas basicamente no fornecimento de treinamento e equipamentos militares.

Dessa forma, tanto na África quanto em Angola, não observamos que a RPC tenha atuado politicamente, no século passado, com o propósito de alterar sua capacidade de domínio em relação a essas regiões, conforme os preceitos de Morgenthau. Os objetivos políticos chineses se restringiram, naquele momento, à sua busca de reconhecimento internacional como Estado legítimo.

No entanto, o notável crescimento econômico chinês, que teve início na transição dos séculos, foi o estopim para a transformação de tais objetivos políticos. Assim, as necessidades de obtenção de recursos naturais e de expansão do seu mercado consumidor impulsionaram a mudança da política internacional chinesa.

Isso posto, avaliamos que à RPC, à medida que adquiriu poderio econômico, buscou, de forma natural, amplificar seu poder de influência para fora de seus limites e entornos estratégicos, com o propósito de suprir suas necessidades. Dessa maneira, ao se expandir pela África e por Angola, locais onde tradicionalmente os EUA e a Europa exerciam grande influência, passou a ameaçar substancialmente o *status quo*.

Sendo assim, observamos que os objetivos da referida expansão chinesa se enquadram na política de império mundial, segundo a conceituação de Morgenthau. Contudo, diverge ligeiramente dos principais exemplos dados pelo autor, nos quais essa política se utiliza

normalmente da conquista militar para esse fim, ao ter pretendido dominar os países pelo controle econômico.

Não obstante, a RPC passou a utilizar seu poder econômico emergente, com o intuito de aumentar sua projeção e influência internacional. Dessarte, Angola converteu-se em dos principais modelos de parceria chinesa na África, tendo em vista que o país asiático pautou essa relação na força dos preceitos do "Consenso de Pequim".

Cabe-nos ressaltar, como já vimos, que a cooperação *win-win* em Angola contribuiu não só para a China assegurar seu fornecimento de petróleo, como também para se inserir dentro da economia do país. Os pesados investimentos chineses na reestruturação angolana, conjugados com a utilização massiva de mão de obra e de empresas chinesas, foram fundamentais para o incremento de seu grau de influência na nação angolana.

Dado o exposto, podemos constatar que a força econômica chinesa permitiu que o país modificasse positivamente seu grau de controle sobre Angola, dentro de uma política internacional mais ampla que, como verificamos, dá mostras de tencionar mudar a distribuição de poder global.

## 5.2 A REPUTAÇÃO DA CHINA

Nesta seção, exporemos como a China se utilizou de sua política externa para incrementar e demonstrar sua reputação de poder e se tal fato guarda conformidade com os conceitos de nosso modelo teórico apresentado. A ampliação da projeção internacional sínica, gerada pelo seu desenvolvimento econômico, alterou do mesmo modo as políticas externas chinesas com relação aos órgãos internacionais, como o FMI e a OMC.

Da mesma forma, percebemos que muitos países se associaram à China por seu

poderio econômico emergente, que passou a estar em consonância com seu poder político proporcionado em razão de ser um dos membros permanentes do CSNU. Ainda, a RPC demonstrou o seu poder de influência sobre outros países, como Angola, ao exigir, por exemplo, que eles fossem adeptos da política de "uma só China". Ademais, o fato de liderar o FOCAC e o Fórum de Macau corroboram essa afirmativa.

Sendo assim, podemos verificar que tais acontecimentos expressaram a elevação da reputação de poder da China perante Angola, de acordo com a conceituação da política de prestígio de Morgenthau. Nesse contexto, veremos, em continuação, que essa política foi empregada como uma ferramenta do imperialismo econômico, ao buscar igualar seu prestígio ao da potência hegemônica.

### 5.3 A CHINA RUMO A ANGOLA

Veremos, nesta seção, que estímulos levaram a China à República de Angola e como ocorreram as relações de poder entre os dois países, segundo a teoria de Morgenthau. A expansão dos interesses chineses no continente africano ocorreu pouco antes do término do longo período de conflitos em Angola. De um lado, tínhamos um país com uma economia em ascensão, porém necessitado de diversificar suas fontes de recursos naturais, de outro, havia um país com elevadas reservas de petróleo, mas pobre e arrasado pela guerra, e, por isso, carente de investimentos.

Isso nos leva a constatar que a aproximação entre os dois países, além de mutuamente vantajosa, constituiu-se em uma excelente oportunidade para a China procurar ampliar seu poder de influência em Angola. Tal fato se ajusta perfeitamente à teoria imperialista de Morgenthau no que tange aos seus estímulos, exemplificando aquele em que uma nação mais

forte é encorajada a se expandir pela fraqueza de outros Estados.

Nesse sentido, observamos uma série de ações chinesas que intentaram, de forma direta ou indireta, ampliar o poder do país em Angola. A primeira foi sua assunção da liderança das nações subdesenvolvidas, apoiando-os economicamente e respeitando suas ideologias e sistemas de governo. Dessa forma, logrou, mesmo que veladamente, acrescer seu poder político nesses países, o que incluiu também Angola.

Ainda, o supramencionado protagonismo chinês no FOCAC e no Fórum de Macau, contribuiu para que a China se tornasse o maior parceiro comercial africano e, igualmente, angolano. Já a terceira, e mais direta forma, surgiu a partir do modelo de cooperação econômica estabelecido entre os dois países. Como já mencionado, tal modelo era calcado em necessidades econômicas mútuas, nas quais seus termos de troca se mostravam aparentemente vantajosos para ambos.

No entanto, em nossa análise, o fato da RPC ter vinculado a concessão dos financiamentos ao fornecimento de petróleo e à utilização de empresas chinesas na execução dos investimentos na reestruturação de Angola lhe favoreceu. Isso porque a China, além de ter conseguido garantir o suprimento de suas necessidades, internacionalizou suas empresas, ampliou o mercado de trabalho para os seus nacionais, aumentou seu mercado consumidor e obteve retornos financeiros pelo pagamento das linhas de crédito.

Mesmo os investimentos chineses na reestruturação do país guardaram, por vezes, interesses que não eram apenas angolanos. Como podemos verificar, a modernização do porto de Lobito e a reconstrução da linha férrea de Benguela favoreceram o comércio bilateral com a China. O mesmo deve ocorrer com a futura interligação com a TanZam, que ainda permitirá que Angola se insira na iniciativa estratégica, cada vez mais global, da Nova Rota da Seda.

Em que pese os fatos expostos, vimos que o governo angolano tentou resistir à influência crescente do país asiático em seu território, dificultando a maior participação de



empresas chinesas no mercado de petróleo do país e não consentindo preferências comerciais à China. Contudo, apesar dessas últimas considerações, percebemos que, por meio de seu poder econômico, a China arquitetou uma forma de conduzir Angola à uma dependência econômica.

Dessa maneira, podemos verificar a aderência entre as ações chinesas e o conceito de imperialismo econômico delineado por Morgenthau, visto que de forma indireta e discreta Pequim ampliou seu poder em Luanda. Todavia, por ser um método de imperialismo menos eficaz e invasivo, em nossa análise, não obtiveram o domínio econômico pleno.

#### 5.4 A CHINA EM BUSCA DE DOMÍNIO

Nesta seção, teremos o propósito de analisar se a expansão da cultura chinesa em Angola contribuiu, ou não, para modificar as relações de poder entre os dois Estados, segundo os preceitos do imperialismo cultural de Morgenthau. O século XXI marcou um substancial aumento do número de imigrantes da China em Angola, em decorrência, mormente, da expansão de sua atividade econômica no país africano. Tal fato gerou um interesse do povo angolano na cultura sínica, porém em quantidade e qualidade abaixo do necessário para contribuir para o controle chinês.

Em verdade, a primazia da cooperação econômica sobre a cooperação cultural, bem como a pouca proatividade dos imigrantes chineses em se inserirem na comunidade angolana, dificultaram a redução dos conflitos culturais existentes e restringiram um maior incremento da influência cultural sínica em Angola.

Nesse contexto, é de grande importância ressaltarmos que a ideologia e formas de pensar chinesas são os aspectos culturais que menos interessaram aos angolanos. Desse modo, observamos que a China não conseguiu se valer eficazmente do poder de sua cultura para alterar

sua relação do poder com Angola. Assim, não observamos que a RPC tenha se valido dos princípios de Morgenthau a respeito do imperialismo cultural.

No entanto, levando-se em consideração que a RPC vem adotando políticas que visam ao fomento de sua cultura em Angola, e, também, a análise realizada na seção anterior sobre o imperialismo econômico chinês no país, percebemos que existiu uma intenção do governo asiático em reverter esse quadro. Dessa maneira, tais ações foram ao encontro do que concluímos, no segundo capítulo, ser uma política eficaz que visa à alteração das relações de poder entre as nações: a utilização de mais de um método de imperialismo.

Ao encerrarmos esse capítulo, concluímos que a política internacional chinesa em Angola, de 2002 a 2017, guarda bastante aderência com os preceitos da teoria realista de Hans Morgenthau, no que diz respeito ao uso dessa política na luta pelo poder. Assim, observamos que a China tencionou estabelecer um novo *status quo*, de uma maneira um pouco diferente da que propôs Morgenthau, ao formar alianças nas quais fosse o país dominante. Com esse intuito, valeu-se, sobretudo, de sua força econômica para alterar a seu favor a relação de poder com Angola. No entanto, percebeu que, por não ter dominado os corações e mentes do povo angolano, não logrou o controle completo.

Por fim, verificamos que, embora a teoria de Morgenthau tenha sido cunhada em um período no qual o embate militar prevalecia como modo de alteração do equilíbrio de poder entre os Estados, ela, hodiernamente, continua válida para nos ajudar a entender a política externa dos países.

## 6 CONCLUSÃO

No presente trabalho, buscamos identificar os pontos de aderência entre a teoria realista de Hans Morgenthau, a respeito das políticas internacionais utilizadas pelos Estados, e o relacionamento sino-angolano no século XXI. Por conseguinte, procuramos responder à questão proposta por esse estudo, a fim de evidenciar a política externa da RPC em Angola como parte de uma estratégia mais ampla que visa a alterar as relações de poder.

Após o capítulo de introdução, estruturamos o trabalho em mais outros quatro capítulos de desenvolvimento. No primeiro deles, discorremos sobre os pressupostos teóricos da política internacional, segundo Morgenthau. Nos dois capítulos seguintes, por sua vez, apresentamos o relacionamento da China com o continente africano e, especificamente, com a República de Angola. Por fim, no último capítulo de desenvolvimento, confrontamos a teoria mencionada com a política externa chinesa em Angola no século XXI.

Dessa forma, no capítulo dois, examinamos os aspectos relevantes da teoria realista de Morgenthau, sobre a política internacional dos Estados utilizada como forma de luta pelo poder. Para tal, foi necessário explicarmos, primeiramente, como o poder político serve como meio de uma nação alcançar seus objetivos. Sendo assim, constatamos que o poder político é um poder supremo e se define, basicamente, pelo controle de um grupo; ou, no caso de um Estado, pelo controle dos demais. Ressaltamos, igualmente, que as políticas internacionais das nações devem, antes de tudo, procurar obter o domínio das ações e das mentes de outros países, com o intuito de atingir seus fins.

Ainda nesse capítulo, tratamos sobre as três políticas internacionais típicas empregadas pelos países, com a finalidade de que pudéssemos identificar, nos capítulos seguintes, características da política internacional da China que se enquadrassem em uma das conceituações apresentadas. Dessarte, analisamos inicialmente a política de *status quo* e

concluimos que ela prevê a manutenção e o respeito à distribuição de poder existente que, no início do século XXI, ainda se concentrava nos EUA.

Ademais, observamos que há uma expressiva quantidade de Estados que podem encontrar estímulos para modificar esse *status quo*, adotando, dessa maneira, uma política imperialista, que pode ter a capacidade de se expandir mundialmente. Verificamos, ainda, que as nações se utilizam de ferramentas militares, econômicas e culturais para tentar alterar a relação de poder existente, e que as duas últimas, atualmente, são as mais eficazes, mormente se empregadas em conjunto.

No final do segundo capítulo, expusemos que a política de prestígio pode colaborar para o atingimento dos objetivos das políticas de imperialismo e de *status quo*. Igualmente, denotamos a interdependência entre essas três políticas.

No terceiro capítulo, analisamos o relacionamento sino-africano. Constatamos que, em razão do crescimento econômico chinês na transição dos centenários, o país asiático passou a ter a necessidade de diversificar suas fontes de recursos naturais e ampliar o seu mercado consumidor. Tal fato tornou a África uma região geopoliticamente estratégica para a China e fez com que houvesse uma transformação na relação entre ambas, evoluindo do suporte político mútuo, baseado nos princípios da “Coexistência Pacífica”, à parceria estratégica.

Feita essa contextualização da relação China-África no século XXI, apresentamos, no capítulo quatro, como ocorreu o relacionamento entre a RPC e a República de Angola. Verificamos, desse modo, que a cooperação bilateral entre os dois países foi calcada na realização de investimentos chineses na infraestrutura angolana em troca do fornecimento de petróleo. Da mesma forma, evidenciamos que o interesse chinês em Angola estava inserido em uma política internacional mais ampla, que tencionou expandir seu poder global. Observamos, também, que as relações econômicas sino-angolanas prevaleceram sobre o intercâmbio cultural.

No capítulo cinco, constatamos a aderência da teoria de Morgenthau e da política

internacional chinesa em Angola, principalmente no que se refere ao enquadramento da expansão do poder econômico do país como uma política imperialista. Não obstante, percebemos que, em virtude da ausência de uma interação cultural mais marcante entre ambos e de uma certa resistência do governo angolano, a RPC não obteve o controle absoluto do país africano.

Dessa maneira, de modo a responder à questão proposta por este trabalho, podemos concluir que a política internacional da China em Angola, em que pese estar inserida em uma conjuntura mais ampla, serve como exemplo de como o país buscou alterar as relações de poder mundiais. Nesse contexto, consideramos que a teoria realista de Morgenthau ainda nos fornece um importante arcabouço teórico que contribui para o entendimento da política externa dos países.

Quanto às implicações para a Marinha do Brasil, observamos que a expansão do poder chinês, em região considerada no entorno estratégico brasileiro, reduz indiretamente a capacidade de influência de nosso país e, conseqüentemente, de nossa Marinha em Angola. Todavia, podemos nos contrapor a tal fato pela proximidade geográfica e similitude do idioma.

Consoante com os aspectos supramencionados, atingimos o nosso propósito, e concluimos que a estratégia econômica e política da RPC em Angola, no século XXI, está de acordo com a teoria realista de Morgenthau, no que tange o uso da política internacional na busca de poder pelos países. Constatamos, assim, a aderência da realidade à teoria em tela.

No entanto, nesse trabalho, de forma alguma, pretendemos exaurir o assunto. Isso porque identificamos, também, a relevância do desenvolvimento do poder militar chinês neste século. Dessa forma, esse poder tem potencial de servir como mais uma ferramenta que, a princípio, pode ser utilizada conforme uma política de prestígio, ou até, em último caso, como uma política imperialista que vise à conquista militar. Sugerimos, assim, que tal análise seja aprofundada em trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. GÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO – ANP. *Anuário Estatístico Brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/2437-anuario-estatistico-2012>>. Acesso em: 07 jul. 2020.
- ALVES, Duarte B. A presença chinesa em África: o caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*, [Lisboa], n. 10, p. 56-71, 2007. Disponível em: <<https://idi.mne.pt/pt/publicacoes-e-estudos/revista-negocios-estrangeiros/negocios-estrangeiros-n-10-fevereiro-2007>>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- ALVES, João P. M. Da guerra ao terror à presença chinesa na África: a criação do AFRICOM e a sua lógica. *Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 43-52, 2015. Disponível em: <<http://novasfronteiras.espm.br/index.php/RNF/article/download/58/51>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BEGU, Liviu S. *et al.* China-Angola investment model. *Sustainability*, [S. l.], v. 10, n. 8, p. 17, 2018. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/10/8/2936#cite>>. Acesso em: 02 jul. 2020.
- BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do século XX*. 2. ed. São Paulo: Fundamento, 2010. 307 p.
- BREUER, Julia. *Two belts, one road? the role of Africa in China's Belt & Road initiative*. Texinfo ed. Stiftung Asienhaus: Köln, 2017. 8 p. Disponível em: <<http://crossasia-repository.ub.uni-heidelberg.de/4092/>>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- CAMPOS, Indira; VINES, Alex. Angola and China: a pragmatic partnership. *Center for Strategic and International Studies Working Paper*, London, p. 26, 2008. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/angola-and-china-pragmatic-partnership>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- CHINA-AFRICA RESEARCH INITIATIVE. *China-Africa trade*. [S. l.], 2020. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- CORKIN, Lucy. China and Angola: strategic partnership or marriage of convenience.? *Angola Brief*. v. 1, n. 1, jan. 2011. Disponível em: <<https://www.cmi.no/publications/file/3938-china-and-angola-strategic-partnership-or-marriage.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- DELAGE, Fernando. China: diplomacia económica, consecuencias geopolíticas. Cuadernos de estrategia. [S.l.], n. 187, p. 55-91, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6216636>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- DIAS, Reinaldo. *Ciência política*. São Paulo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 305 p.

DUARTE, Ana; SANTOS, Regina; TJØNNELAND, Elling. Angola's Lobito corridor: from reconstruction to development. *Angola Brief.*, [S. l.], v. 4, n. 5, abr. 2014. Disponível em: <<https://www.cmi.no/publications/5120-angolas-lobito-corridor>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FRANÇA, Júnia L. et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p. (Coleção Aprender).

HAIKANG, Liu. *The untold story of chinese perceptions of Angola*. In: POWER, Marcus; ALVES, Ana C. (Ed.). *China and Angola: a marriage of convenience?* Oxford: Fahamu Publishing house, 2012. p. 169 *apud* KE, You. *A construção do Soft Power chinês em Angola*. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24699/1/ulfl210622\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24699/1/ulfl210622_tm.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2020.

KAPLAN, Robert D. *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 383 p.

KE, You. *A construção do Soft Power chinês em Angola*. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24699/1/ulfl210622\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24699/1/ulfl210622_tm.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2020.

KEXIANG, Gao. Cria-se uma nova situação na parceria estratégica sino-angolana. *People*, [S. l.], 8 jun. 2015. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0608/c310816-8903670.html>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

LOOY, J. van de. Africa and China: a strategic partnership? *African Studies Centre Working Paper*, Leiden, n. 67, p. 28, 2006. Disponível em: <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/12883>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LOPES, Bárbara F.; NASCIMENTO, Daniele C.; VADELL, Javier A. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul sino-africana. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 81-99, 2013. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/110>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

MENDES, Carmen A. A China e a cooperação Sul-Sul. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 26, p. 39-46, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992010000200003](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000200003)>. Acesso em: 28 jun. 2020.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. *Princípios de relações internacionais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 353 p.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução de Oswaldo Biato. 6. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 1093 p. (Clássicos IPRI).

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Como funciona: Conselho de Segurança*. [S. l.], [20-?]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

NINIO, Marcelo. *China ambiciona poder global com Nova Rota da Seda*. Pequim, 2015. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1596528-china-ambiciona-poder-global-com-nova-rota-da-seda.shtml>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PAUTASSO, Diego. O papel da África na nova rota da seda marítima. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 124-136, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/67028>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

REFORMAS econômicas: 9 gráficos que mostram a transformação da China em 40 anos. *BBC*, [S. l.], 19 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46599555>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

ROTBURG, Robert I. (Ed.). *China into Africa: trade, aid and influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008. 339 p.

SECRETARIADO PERMANENTE DO FÓRUM PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E COMERCIAL ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - MACAU. *Mensagem da Secretária-Geral*. Macau, 2020. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/?lang=pt>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY - OEC. *Crude petroleum in China*. [S. l.], [2018?]. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-product/52709/reporter/chn>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

TULL, Denis M. China's engagement in Africa: scope, significance and consequences. *Journal of Modern African Studies*, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 459-479, 2006. Disponível em: <<https://sci-hub.tw/10.1017/S0022278X06001856>>. Acesso em: 10 jun. 2020.



## ANEXO A

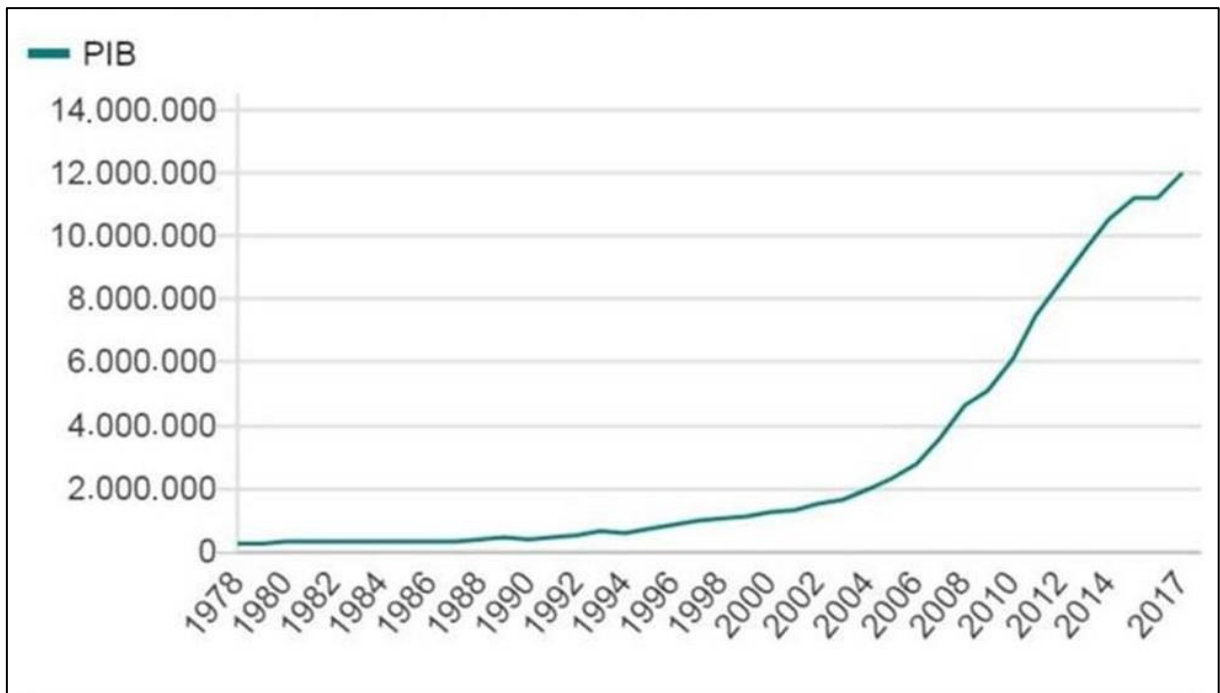


GRÁFICO 1 - A evolução do PIB chinês, em bilhões de dólares (1978-2017).  
Fonte: REFORMAS..., 2018.

## ANEXO B

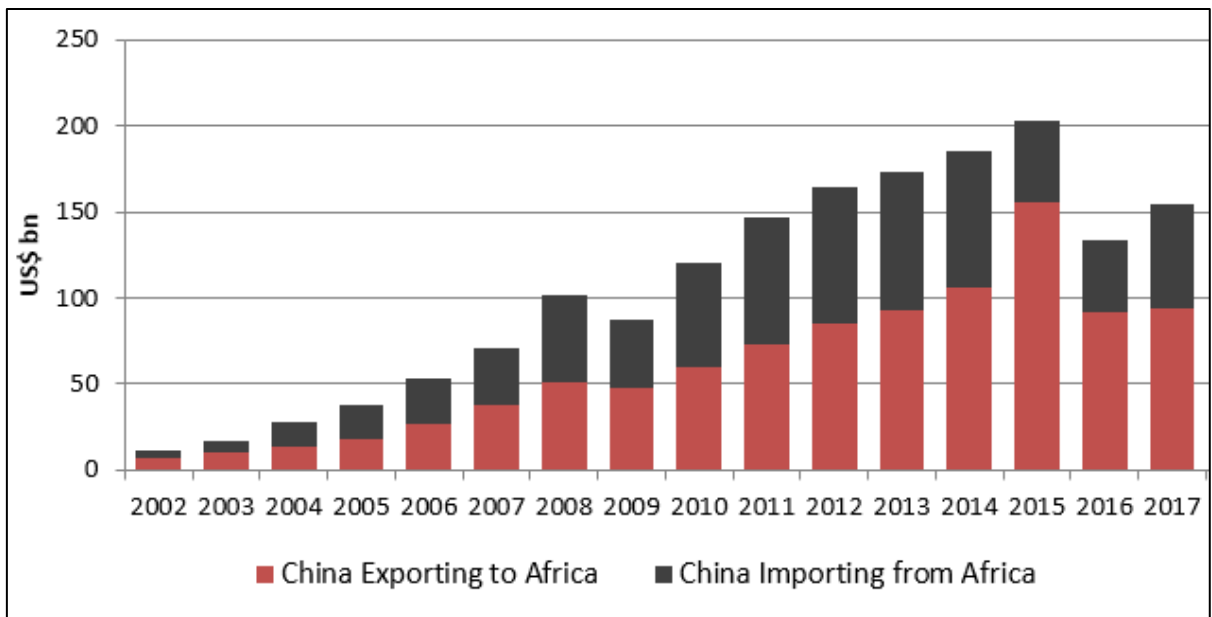


GRÁFICO 2 - A evolução da Balança Comercial China-África (2002-2017).

Fonte: CHINA-AFRICA RESEARCH INITIATIVE, 2020. (Houve alteração na ilustração com a exclusão dos dados relativos a 2018).

## ANEXO C



FIGURA 1 - Nova Rota da Seda.

Fonte: NINIO, 2015. (Houve alteração na ilustração com a inserção dos Estados do Egito, de Djibuti e da Somália, para fins didáticos).

## ANEXO D

TABELA 1

Setores financiados pela linha de crédito concedida pelo *Eximbank* a Angola, em 2004

<b>Setor</b>	<b>Número de Contratos</b>	<b>Valor Aproximado (1 000US\$)</b>
Saúde	10	249 900
Educação	11	446 800
Água e Energia	11	388 750
Agricultura	4	203 750
Transporte	1	13 840
Comunicação Social	1	66 900
Serviços Públicos	3	301 170
Telecomunicações	4	276 310
Pesca	3	266 850
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>2 214 270</b>

Fonte: CAMPOS; VINES 2008, p. 7-8.

Nota: Dados trabalhados pelo autor. Número de contratos e valores correspondentes às duas fases da concessão da linha de crédito.

## ANEXO E

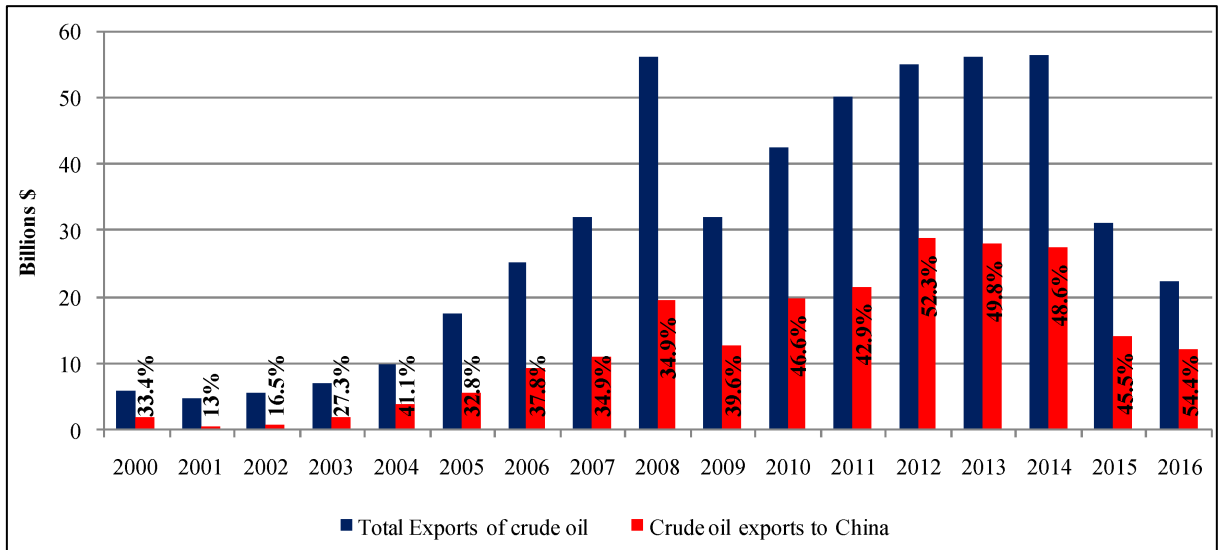


GRÁFICO 3 - Participação da China nas exportações de petróleo angolanas (2000-2016).

Fonte: BEGU *et al.*, 2018, p. 10.

## ANEXO F

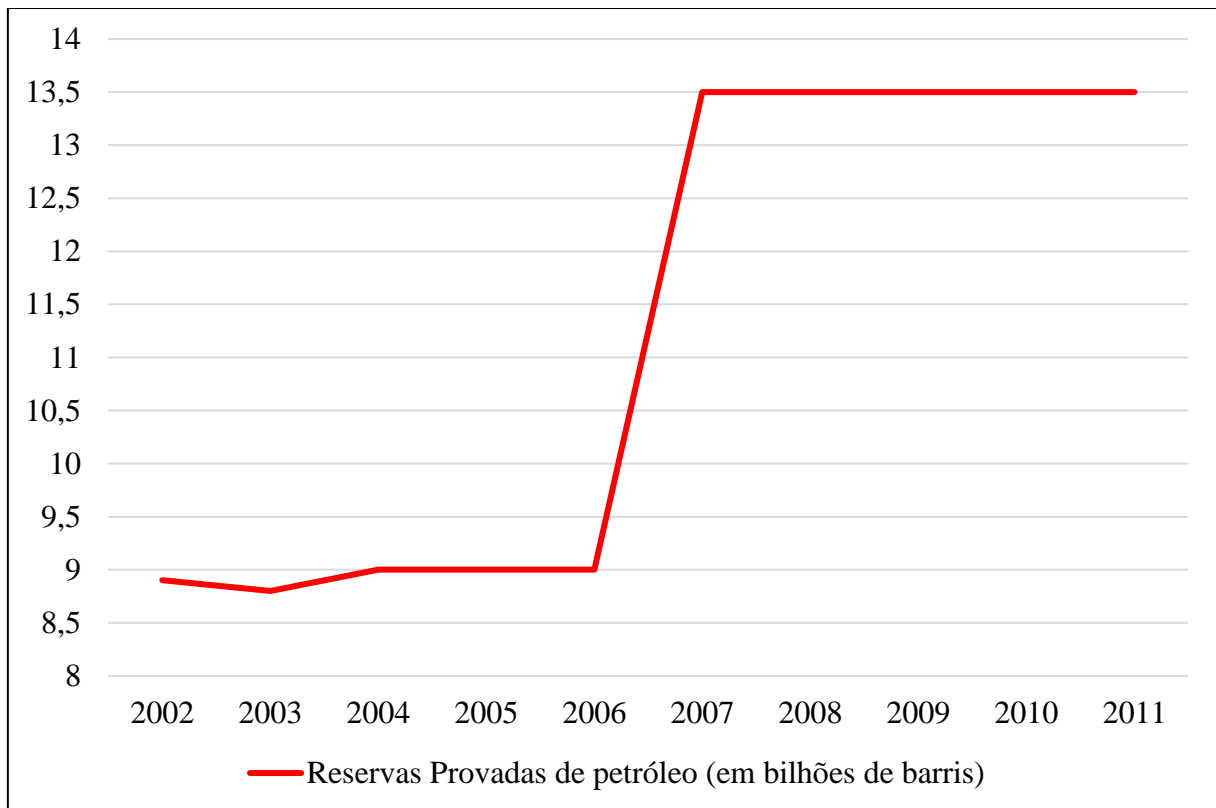


GRÁFICO 4 - Evolução das reservas provadas de petróleo angolanas (2002-2011).  
Fonte: ANP, 2012, p. 25. (Dados trabalhados pelo autor).

## ANEXO G

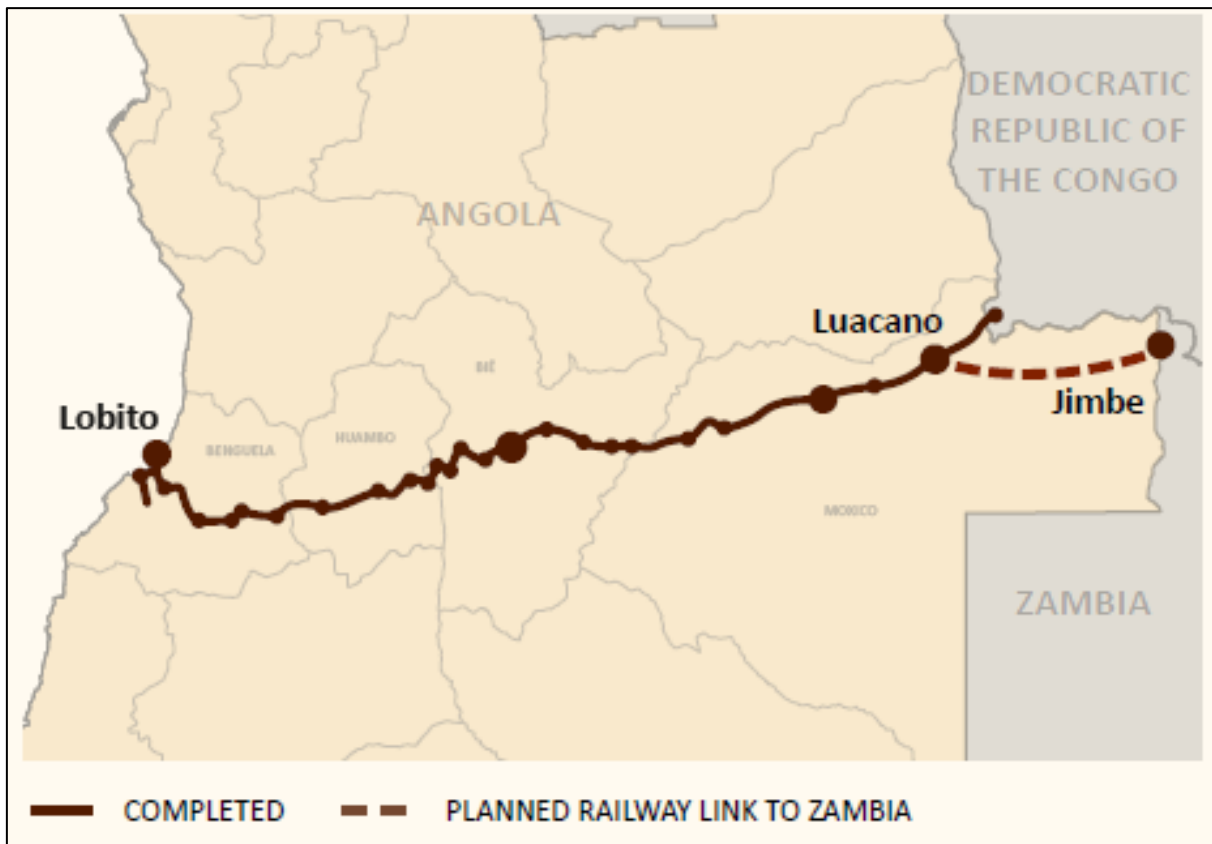


FIGURA 2 - Ferrovia de Benguela.

Fonte: DUARTE; SANTOS; TJØNNELAND, 2014, p. 3.

## ANEXO H

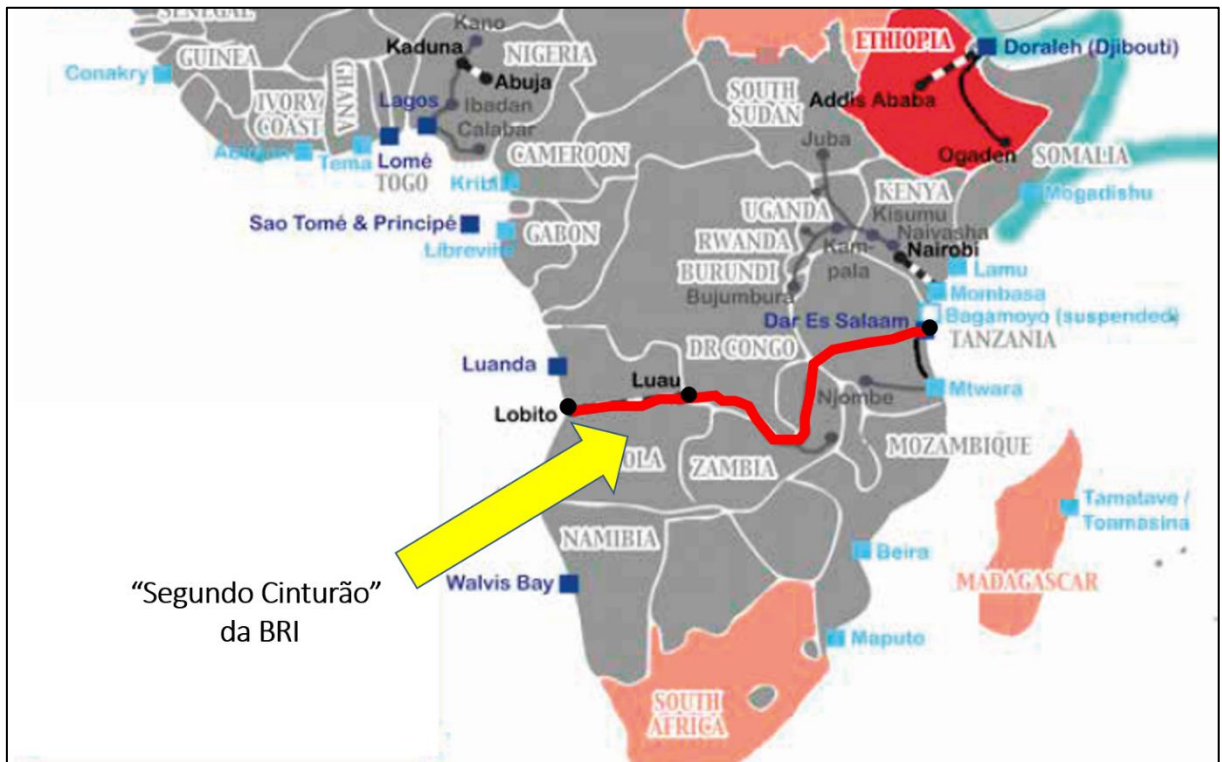


FIGURA 3 – "Segundo Cinturão" da BRI.

Fonte: BREUER, 2017, p. 3. (Houve alteração na ilustração com o corte da imagem e inserção da indicação do "Segundo Cinturão", para fins didáticos).



## ANEXO I

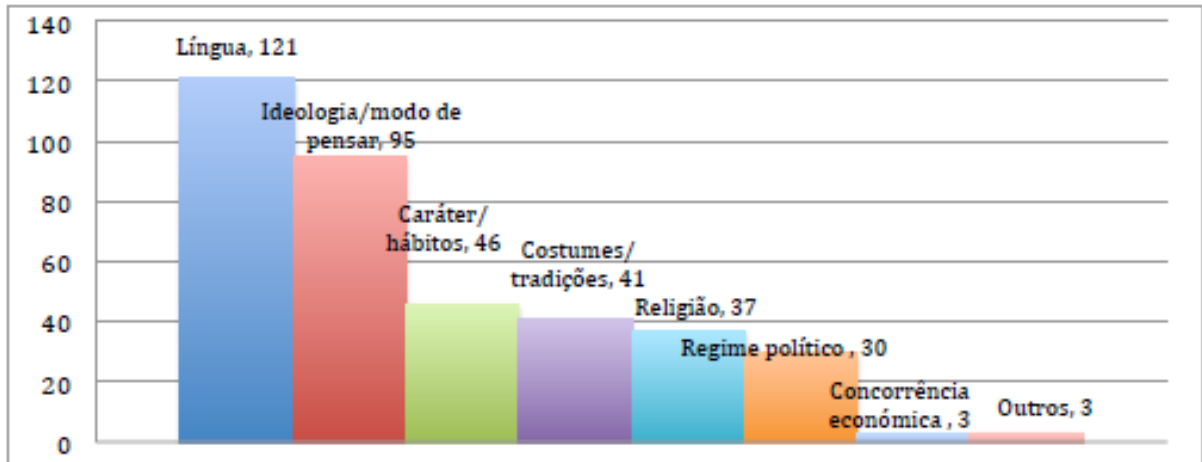


GRÁFICO 5 - Principais obstáculos para compreensão mútua, segundo os angolanos (2016).  
Fonte: KE, 2016, p. 75.

## ANEXO J

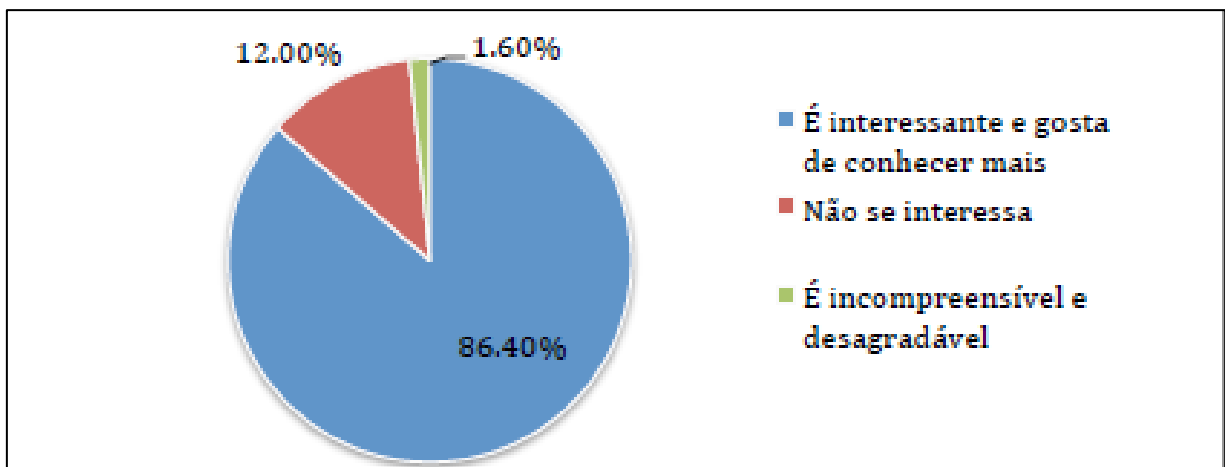


GRÁFICO 6 - Receptividade dos angolanos à cultura chinesa (2016).  
Fonte: KE, 2016, p. 73.

## ANEXO K

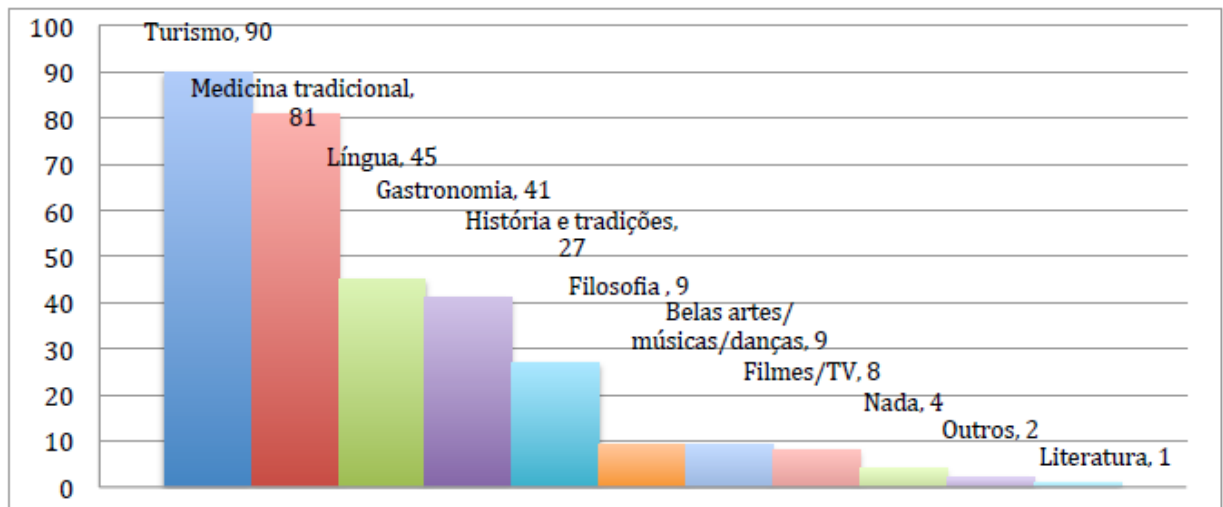


GRÁFICO 7 - Principais interesses dos angolanos na cultura chinesa (2016).  
Fonte: KE, 2016, p. 73.

## ANEXO L

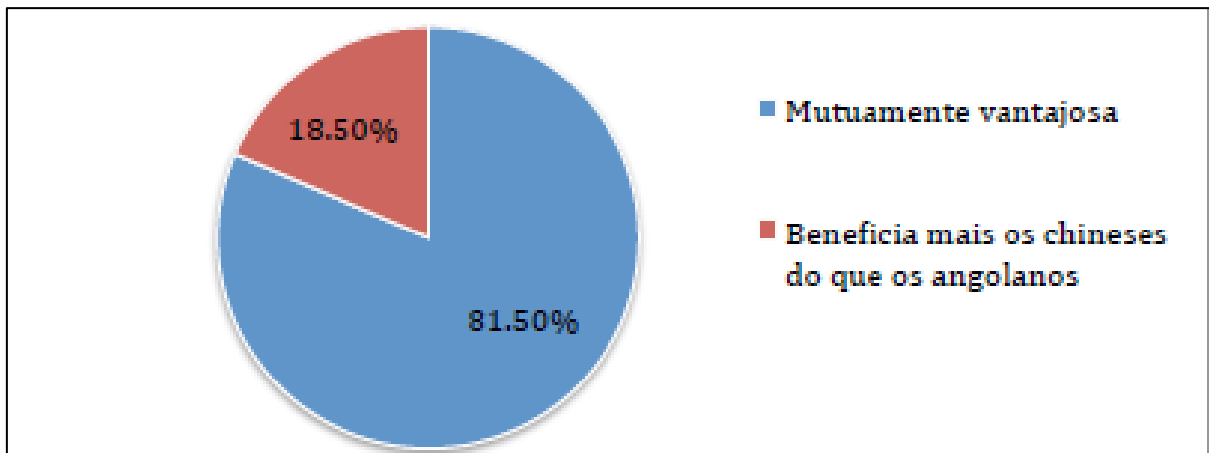


GRÁFICO 8 - Avaliação da presença chinesa em Angola, segundo os angolanos (2016).  
Fonte: KE, 2016, p. 72.